

FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ANGÉLICA ALVES LEITE SAMPAIO

**GRUPO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS COM IDOSOS,
UMA AÇÃO INTERVENTIVA DO CRAS NO MUNICÍPIO DE MAURITI- CE, SOB A
VISÃO DOS USUÁRIOS.**

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2012

ANGÉLICA ALVES LEITE SAMPAIO

**GRUPO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS COM IDOSOS,
UMA AÇÃO INTERVENTIVA DO CRAS NO MUNICÍPIO DE MAURITI- CE, SOB A
VISÃO DOS USUÁRIOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade Leão Sampaio de Juazeiro do Norte-CE, como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Profª Orientadora: Cecília Bezerra Leite

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2012

ANGÉLICA ALVES LEITE SAMPAIO

**GRUPO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS COM IDOSOS,
UMA AÇÃO INTERVENTIVA DO CRAS NO MUNICÍPIO DE MAURITI- CE, SOB A
VISÃO DOS USUÁRIOS**

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Professora Especialista Cecilia Bezerra Leite (FALS)

Orientadora

Professora Mestre Patrícia Karla Ferreira e Silva (FALS)

Especialista Ana Íris Pinheiro Muniz

DEDICATORIA

Dedico esta monografia as pessoas que mais amo na vida, aos meus pais, meu esposo, meus filhos, e em primeiro lugar a Deus que sempre esteve presente nesta jornada, assim como, em todo momento da minha vida me transmitindo força e perseverança, a esses o meu muito obrigado. Esta foi mais uma conquista realizada sendo materializada por meio de esforço acadêmico, que teve na pessoa de Cecília, minha orientadora, incentivos e confiança, a esta a minha dedicação sincera.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos usuários idosos referenciados no CRAS de Mauriti Ceará, que se disponibilizaram a responder os questionamentos da entrevista sendo pacientes e colaboradores para a concretização desta, bem como o/a Assistente Social da referida instituição que sempre contribuiu para o meu desenvolvimento prático profissional, me orientando via âmbito ético a desenvolver futuramente a minha profissão firmada no reconhecimento da cidadania, esta teve papel preponderante no desfecho desta pesquisa, pois se pôs a disposição no tocante a entrevista, sendo também sujeito pesquisado.

Reconhecido a todo corpo docente e discente da Faculdade Leão Sampaio, em especial a minha orientadora Cecília pela presença efetiva neste tão esperado sonho, obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Agradeço também a toda equipe profissional do CRAS de Mauriti-CE.

“mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a
confiança, todo mundo é composto de mudança tomando sempre novas qualidades”

Luís Vaz de camões

RESUMO

Pretende-se com esta pesquisa analisar o grupo de convivência e fortalecimento de vínculo com idosos sob a visão dos mesmos, e bem como a ação interventiva dos profissionais do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), do município de Mauriti-CE direcionados a este segmento. O ponto de partida para escolha de objeto de estudo enquanto questões norteadoras foram oriundas das observações durante o Estágio I e II em Serviço Social, teve como proposta o fortalecimento de vínculos, uma vez que os idosos vivem em constantes ostentações de fragilidade de vínculos com desproteção e negligências. A metodologia utilizada se apoiou na pesquisa, exploratória, bibliográfica, no estudo de campo, na observação sistemática, tendo como forma de coleta de dados o viés qualitativo e quantitativo. A pesquisa utilizou a entrevista semi-estruturada apoiada na dialética. Diante dos resultados observou-se que após a prática preventiva dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, os idosos entrevistados se proporcionaram com o condicionamento de melhor qualidade de vida familiar e comunitária.

Palavra-Chave: CRAS, Grupo de Convivência, idosos.

ABSTRACT

The aim of this research was to analyze the living group and strengthening bond with older adults at the sight of them, and as well as intervening in the Professional Reference Center for Social Assistance (CRAS), the municipality of Mauriti-EC directed the this segment. The starting point for choosing the object of study while guiding questions were derived from observations during Stage I and II in Social Work, was proposed as the strengthening of bonds, since the elderly live in constant boasts of fragility of ties with unprotected and neglect. The methodology is supported in research, exploration, literature, the field study, systematic observation, and as a means of data collection vieis the qualitative and quantitative. The research used a semi-structured interview supported the dialectic. From the results it was observed that after the practice of preventive social groups, and strengthening ties, older respondents were provided with better conditioning of family and community life.

Keyword: CRAS, Group Living, seniors.

LISTA DE SIGLAS

ART – Artigo

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviço Social

CF – Constituição Federal

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

CNAS – Conselho Nacional da Assistência Social

CAP's -Caixas de Aposentadorias e pensões

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IAP's – Instituto de Aposentadorias e Pensões

INPS – Instituto Nacional da Previdência Social

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LBA – Legião Brasileira de Assistência Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

NAF's – Núcleo de Atenção as Famílias

NOB – Norma Operacional Básica

PNAS – Política Nacional da Assistência Social

PNI- Política Nacional do Idoso

SEAS – Secretaria de Estado de Assistência Social

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: identificação dos usuários entrevistados segundo gênero.....	45
Gráfico 02: identificação dos usuários entrevistados segundo faixa etária.....	46
Gráfico 03: identificação dos usuários entrevistados segundo Estado Civil.....	47
Gráfico 04: identificação dos usuários entrevistados segundo a quantidade de filhos.....	48
Gráfico 05: identificação dos usuários entrevistados segundo arranjo domiciliar.....	50
Gráfico 06: identificação dos usuários entrevistados segundo escolaridade.....	51
Gráfico 07: identificação dos usuários entrevistados segundo profissão.....	52
Gráfico 08: identificação dos usuários entrevistados segundo renda familiar.....	54
Gráfico 09: identificação dos usuários entrevistados segundo provimento de sustento familiar.....	55
Gráfico 10: identificação dos usuários entrevistados mediante primeira participação no grupo do CRAS Mauriti-CE.....	56
Gráfico 11: identificação dos usuários entrevistados mediante recebimento de informação sobre o grupo de convivência e fortalecimento de vínculos.....	57
Gráfico 12: identificação dos usuários entrevistados mediante convivência familiar após participarem do grupo socioeducativo CRAS Mauriti-CE.....	59
Gráfico 13: identificação dos usuários entrevistados mediante convivência comunitária.....	60
Gráfico 14: identificação dos usuários entrevistados mediante atuação do CRAS Mauriti-CE na busca pela qualidade de vida, visão dos usuários.....	62

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE	A:	Termo	de	consentimento	livre	
esclarecido.....						72
APÊNDICE	B:	Roteiro	da	entrevista	–	usuários
idosos.....						73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - CONTEXTO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: BUSCA DE EFETIVAÇÃO ENQUANTO POLITICA PÚBLICA	
1.1. Assistência Social: traçado histórico da gênese.....	15
1.2. Assistência Social sob a égide do direito: parâmetros de regulamentação.....	21
CAPÍTULO II – PESSOA IDOSA NO CONTEXTO DE INTERVENÇÃO NO CRAS	
2.1. Idosos: Proteção, Desproteção e Direitos.....	28
2.2. Proteção Social Básica e o CRAS.....	33
2.3. Grupos de convivência e fortalecimento de vínculos: baliza fundamental para prática preventiva do CRAS.....	36
CAPÍTULO III – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS SEGUNDO A VISÃO DOS USUÁRIOS	
3.1. Breve Histórico Institucional.....	41
3.2. Procedimentos metodológicos.....	42
3.3. Interpretação dos dados e análise dos resultados.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE	71

INTRODUÇÃO

Tomando como aporte a problemática vivenciada no estágio I e II em Serviço Social no Centro de Referência de Assistência Social de Mauriti-CE, torna-se importante ressaltar que “ainda falta muito para estruturar o âmbito de cada proteção da Assistência Social e instituir a vigilância social das desproteções e a defesa dos direitos protetivos”. (VI Conferencia Nacional de Assistência Social). Assim serão exemplificadas tais realidades, abrangendo a realidade social da pessoa idosa a qual por meio das observações sistemáticas tidas no campo de Estágio I e II, tornaram-se objeto de estudo para esta pesquisa monográfica, tomando como aporte os idosos em sua complexidade com a vivencia familiar e comunitária.

A realidade das pessoas idosas também é palco de incoerências, pois muitos idosos apesar de terem a proteção do amparo legal têm-se o descumprimento das mesmas, vivendo estes na ausência de convivência familiar e intolerância comunitária, permeando nos idosos o sentimento de abandono, descaso e insignificância, fato estes se faz missão da equipe CRAS desenvolver ações que priorizem o fortalecimento de vínculos e a melhor qualidade de vida da pessoa idosa. Logo questões como estas se tornaram motivações para a realização de tal estudo, sendo estas observações providas do estágio supervisionado I e II em Serviço Social no CRAS de Mauriti/Ceará.

Analisar o grupo de convivência e fortalecimento de vínculos de idosos, uma ação interventiva do CRAS no município de Mauriti- CE, sob a visão dos usuários, se tornou o objetivo geral desta pesquisa, o qual requereu uma abordagem metodológica materialista histórica dialética, pois acreditamos que a compreensão macro societária nos proporciona a aproximação real e critica com a realidade, bem como a defesa e efetivações de direitos, e em especial os da pessoa idosa. Na linha dialética a presente pesquisa direcionou a abordagem mediante: compreensão da percepção dos usuários idosos sobre o Serviço Social, a identificação do perfil socioeconômico dos/das usuários/usuárias idosos e a percepção do/da Assistente Social a cerca da pratica preventiva nos grupos de idosos no CRAS de Brejo Santo Ceará.

O caráter qualitativo e quantitativo foi apropriado nesta pesquisa a fim de adentrar na realidade de modo totalitário, utilizando quantidade e, sobretudo analises criticas a cerca da coleta de dados. O suporte de apropriação teórica se

deu por meio da pesquisa descritiva, exploratória, bibliográfica e documental. A prática de concretizar esta pesquisa teve como apoio metodológico a realização do estudo de caso e de campo com os usuários idosos pertencentes ao grupo de convivência e fortalecimento de vínculos, com o objetivo de maior aproximação com a realidade, para tanto a materialização da entrevista seguiu o caráter semi-estruturado, a qual foi flexível na escolha da amostragem.

Explicando a estrutura teórica desta monografia, no primeiro capítulo intitulado de “contexto histórico da assistência social: busca constante de efetivação enquanto política pública” foi espaço de resgate da referida política em seu contexto sócio-histórico, iniciando a discussão pelo caráter da solidariedade cristão destinadas aos pobres como forma alienatória e por fim a conquista democrática da cidadania destinada a todos e quaisquer cidadãos independente de raça, cor, etnia e condições financeiras, sendo a Assistência Social legalizada como gratuita e para quem dela necessita.

No segundo capítulo “análise da pessoa idosa no contexto de intervenção no CRAS”, teremos a apropriação da explicabilidade do termo idoso, tomando como base o contexto de proteção, desproteção e direitos, com intuito de fundamentar a idéia de que todo o segmento populacional tem o direito de assegurar ao idoso todas as oportunidades e facilidades. Neste abordaremos a nossa articulação teórica acerca da proteção básica e o CRAS, entendendo que a intervenção é peça primordial para transformação societária, e finalmente analisaremos o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos proposto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no CRAS, enquanto baliza fundamental para prática preventiva e proativa da proteção social básica.

No terceiro capítulo explica-se o caminho pelo o qual esta monografia foi projetada, o procedimento metodológico. O lócus CRAS Mauriti-CE tem ação explicativa neste espaço de discussão teórica, priorizando a territorialização e a projeção real do mesmo; e para finalizar tem-se a análise dos dados referente a pesquisa com usuários idosos do grupo de convivência e fortalecimento de vínculos, sob o viés qualitativo e quantitativo, com o intuito de propor análise da realidade.

Espera-se com este trabalho a obtenção de relevância para o estudo acadêmico, bem como ao público idoso e sociedade, pois esta se trata de todo um aparato teórico de defesa de direitos da pessoa idosa, buscando prioritariamente estratégias para o alcance de melhores condições de qualidade de vida mediante o

fortalecimento de vínculos familiares e comunitários da pessoa idosa, isto é, o reconhecimento do direito enquanto ação permanente e provinda de emancipação.

CAPITULO I – CONTEXTO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: BUSCA DE EFETIVAÇÃO ENQUANTO POLITICA PÚBLICA

1.1 Assistência Social: traçado histórico da gênese

No Brasil a política social teve seu nascimento no cenário de troca estratégica de intervenções via âmbito do controle estatal sobre as classes trabalhadoras, estando à compreensão da política social imbuída no processo capitalista o qual faz do Estado “o cuidador do capital e o regulador da ordem social”.

Logo as políticas sociais são frutos da insatisfação da massa populacional, a qual se organizou, lutou, e conquistou mudanças, via forças populares meio a movimentos sociais, os quais acreditam que nada é dado, e sim conquistado, pois a ajuda ganha novo patamar, o do direito legalmente estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

Para tanto Teixeira (2002) enriquece uma linha de pensamento autocrítica quando o mesmo afirma que:

Aspolíticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou colisões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação (TEIXEIRA, 2002, p. 04)

Em concordância como autor, as políticas públicas são frutos de mobilizações por direitos, que tem sua formulação e implementação dependente do grau de mobilização das massas populares, todavia que, os gestores não efetivam as políticas públicas por bondade e/ou solidariedade, mas sim por desejos mobilizatórios que se tornam reivindicações organizadas, onde no mundo inteiramente capitalista em que se vive é necessário louvar as conquistas, buscando sempre novas mudanças seguidas de efetivações enquanto direitos sociais.

A política da Assistência Social traz em sua história uma luta de perseverança critica que perdurou por muitas décadas para ser pontuada na agenda pública enquanto direito assistido pelo Estado, sendo assim, destinada para quem dela

necessite, afinal esta política propõe qualificar a vida dos cidadãos em condição de vulnerabilidades.

Em gênese, esta política possuía caráter acrítico, sem relevância da política e não entendendo a relação entre as classes sociais, entretanto com o decorrer dos anos a política se redesenhou sob o viés da transformação, sendo esta acentuada como caso de política e não mais policia.

Nessa perspectiva, Vicente (1983) completa que:

A política social se manifesta como instrumento de equilíbrio do Estado, entre a ordem econômica e a ordem social, cuja contradição maior consiste no fato de que o Estado é gerido por uma classe dominante que o manipula a favor de seus interesses, inviabilizando o ajustamento entre os interesses antagônicos da sociedade civil e o papel do Estado. (Vicente 1983, p. 65)

Contudo, a filantropia, a caridade e a solidariedade religiosa, qualificaram a origem brasileira da assistência social a qual não vista como política sofreu controvérsia e razões apolíticas de existência, nos períodos de 1920 à aproximadamente 1960.

Desenvolvendo-se como produto do meio, a Assistência Social nasce das necessidades sociais, e os seus primeiros passos se caracterizaram como mera ajuda caritativa embasada na postura positivista e, sobretudo pelo senso comum, uma vez que, a literatura do social iniciava lentamente, onde na fase embrionária desta política a mesma assumiu posturas diferenciadas, ajuda aos necessitados, apelo a filantropia e solidariedade, e posteriormente caridade e benevolência. Porém em ambas as posturas destacadas sabe-se que a intenção de manipular e alienar para tornar os cidadãos dependentes, se fez presente em cada uma delas.

A governabilidade influencia a repaginação do retrato real societário, logo a forma feudalista, poder central do feudo, repassou fortemente a hierarquização e contudo a individualidade e centralização de poder, contudo este entrou em decadência, pois não conseguiu acompanhar o desenvolvimento da realidade social, saindo assim do foco centralizador do poder, Locus onde o capitalismo fortemente se acentuou e firmou espaço no mundo real e objetivo brasileiro, sendo fortalecido em meio à revolução industrial iniciada na Inglaterra. Para tanto em consonância com o pensamento de Bobbio (1992), acredita-se que o sistema capitalista

repaginou a vida dos cidadãos, os quais sofrem constantemente repressões e explorações constantes.

O cenário das mazelas sociais engrossa significativamente, pois um novo tempo se iniciou na redução do trabalho humano, quantificação de máquinas, acúmulo de capital burguês, pobreza em massa, geração de crises de contradições sociais, vulnerabilidades sociais e, sobretudo busca e conquistas de direitos, em especial os trabalhistas. O mais importante foi que, como resposta aos movimentos firmados, a Assistência Social se incorporou como responsabilidade pública.

Por consequência, a Assistência Social enquanto ação pública assim intitulada, apriori não respondeu positivamente as questões sociais, até mesmo porque a ação alienadora da subalternidade desencadeada pelo Estado visava conter conflitos e tornar os usuários seres passivos e castrados, buscando manter a ordem e conservar os privilégios capitalistas. Nessa perspectiva é que denomina-se o aramado da política pública como função primordialmente mais ideológica que resolutive.

De acordo com Paulo Netto (2005) tem-se na era Vargas ações interventivas de cunho contributivo, os quais iniciaram a cena assistencial da história brasileira, onde em pleno colapso dos anos 1923 via Lei Eloy Chaves, criação de Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAP's), e posteriormente surgimento dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP's), ambas extremamente restritas, seletivas, e contraditórias para com a característica principal da Assistência Social para quem dela necessita , sendo inicialmente transferida aos cidadãos pelo ato contributivo orçamentário e nos dias atuais a Assistência Social é de caráter não contributivo destinada para quem dela necessite.

Estreitamente articulado com os acontecimentos anteriormente descritos, foi que se iniciaram os primeiros passos dos benefícios sociais, meio a leituras do mundo social como algo plenamente militar de repostas não políticas, como caso de policia. A pobreza era uma deficiência que cabia ao próprio sujeito saída e possíveis mudanças.

Em meados dos anos 1930 período Getulista o Brasil iniciou a ação paternalista do Estado, ou seja, o inicio de intervenção Estatal na vida social, tempo onde a militância política não mais era o fator decisivo no trato das questões sociais, pois o desenvolvimento do ato político de agir, se fez presente.

Neste sentido, destaca-se como avanços, a ampliação das IAP'S, criação do ministério do trabalho, surgimento do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), aliança entre Estado e Burguesia, fatores estes, refletem inicialmente na Assistência Social a regulamentação da benevolência e da ajuda católica das damas da caridade, sendo desencadeada a chamada Legião Brasileira de Assistência (LBA), que segundo Sposati (2004) essa ação da LBA traz para Assistência Social o vínculo emergencial e assistencial. Logo, certa centralização se inicia em âmbito federal, com a criação desta ação que fora iniciada por Darci Vargas, primeira dama, 1942.

“(...) criada para atender as famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra, era coordenada pela primeira-dama, Sr^a. Darci Vargas, o que denota aquelas características de tutela, favor e clientelismo na relação entre Estado e sociedade no Brasil, atravessando a constituição da política social. posteriormente, a LBA vai se configurando como instituição articuladora da assistência social no Brasil, com uma forte rede de instituições privadas conveniadas, mais sem perder essa marca assistencialista, fortemente seletiva e de primeiro-damismo, o que só começará a se alterar muito tempo depois, com a Constituição Federal de 1988”. (Behring, 2006, p.108)

Na certeza de que, mesmo que esses acontecimentos tiveram como característica a ação seletiva e benevolente, ambos conquistaram e firmaram a gênese da política social da Assistência Social.

No que se refere à política e econômica, estas marcaram a queda da economia cafeeira, até então principal fonte de exportação e obtenção de mais valia, foi neste período que o Brasil passou a vivenciar maximamente lutas de classes, que buscavam qualidade, civilização e urbanização conjunta. No âmbito político a presidência “pai dos pobres” se encerra, deixando o Brasil necessitado de um novo rumo, foi ai que com visões messiânicas entrou em cena presidencial o Juscelino Kubischet, com o plano de meta, cinqüenta anos em cinco, onde martirizou a vida dos cidadãos, pois se gerou uma nova crise bem mais critica a da dívida externa, provocante de pauperização crescente.

Assim a Assistência Social enfileirou o rumo contraditório da política, ligando-se ao eixo dominante do que as classes subalternas, pois esta política teve forte influencia da economia que firmou a atitude individualista e aclassista.

Com o desenho real dos processos de repressão social marcados por mudanças políticas, econômicas, e sociais, devido ao golpe militar de 1964, despertou-se o

descontentamento entre as classes, onde a classe trabalhadora fortemente se organizou e protestou por direitos, fato este, causou consequências negativas para o desenvolvimento do capital e da burguesia.

Desta forma, por volta dos anos 1970 e 1980, fruto destas conquistas, o Brasil se aproxima da linha do (Estado de Bem-Estar-Social) na tentativa de vencer barreiras e proporcionar melhor qualidade de vida aos cidadãos, o que não foi possível, pois o Brasil não considerou a ampliação da qualidade do social como investimento, mais sim, como ato gerador de crise fiscal, voltando à prática social ao assistencialismo alienatório das massas populares, tendo como meta o individualismo econômico e não o bem comum.

Nesta linha, Sposati (2004) afirma que:

“A política social é um mecanismo que o Estado utiliza para intervir no controle das contradições que a relação capita-trabalho gera no campo da reprodução e reposição da força de trabalho, ou, ainda, que, cumpre uma função ideológica na busca do consenso a fim de garantir a relação dominação-subalternidade e, intrinsecamente a esta, a função política de alívio, neutralização das tensões existentes nessa relação”. (Sposati, 2004, p.35)

Mesmo no palco de conquistas e efetivações de direitos no que tange as políticas públicas, estas também possuem o caráter de neutralização, contenção de movimentos e busca de silenciar as massas populares na transmissão da idéia de resolução de problemas e efetivação de direitos por meio da implantação de políticas públicas, almejando garantir a dominação da subalternidade.

Sobre a era de mudanças conforme Faleiros (2005), a gênese do Estado de Bem-Estar-Social no Brasil nunca se fez presente no Brasil, visto que, mesmo com as aproximações e conquistas, até mesmo a homologação da Constituição Federal de 1988, este Estado social, nunca firmou espaço no território brasileiro.

Ainda ressaltando sobre o Regime Militar de caráter antidemocrático, vive-se nesta época os anos do desenvolvimentismo econômico, isto é ampliação da tecnologia e, contudo do desemprego estrutural, onde mazelas sociais se multiplicavam, e em contrapartida as Universidades se expandiam juntamente com a busca estratégica capitalista de formação integrada aos modelos de participação falseada pelo poder manipulatório, onde o tecnicismo era o melhor caminho traçado pelo rumo capitalista.

O impacto desta ação capitalista atingiu a realidade social dos brasileiros, porém, estes não desistiram de lutar e buscar florescer a Assistência Social não mais como ajuda caritativa, mais sim como direito efetivado. Logo é de valia ressaltar que a política social da Assistência Social sofreu muitos embates e também bloqueios rumo aos passos da independência, pois esta permaneceu conservadora, aclassista e impossibilitada de lutar liberalmente. No entanto, o filme não parou, pois os movimentos por melhores dias permaneceram, onde mediante ação crítica organizacional, o mundo teria que consignar um novo rumo justo e democrático, o apogeu do sistema da democracia brasileira.

Parafrazeando Paulo Netto (2005) é importante enfatizar que os avanços meio a repressão e ditadura foi possível, quando em 1966 a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), a unificação dos IAP's, e transformação do INPS em Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), onde o caráter para quem dela necessite passou a surgir, na tentativa de abolir a ação de cunho contributivo adquirido pela política previdenciária, mudou assim, o paradigma da ordem do favor para o direito social.

Em passos lentos, cuidadosos e propositivos, os manifestos populares organizados arriscavam a falar reivindicando por direitos sociais, quando a liberdade de expressão havia sido abolida pelo sistema ditatorial vigente, buscando primordialmente a laicização entre a política da Assistência Social e a Previdência, onde de acordo com Mestriner (2005), o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) realizou o seminário no período de 10 a 17 de janeiro de 1970, em Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, o qual priorizou a valorização da Assistência Social enquanto política com própria legislação, não mais assistencialista de extensão previdenciária, isso em 1974. Assim, nota-se que a Assistência Social começa a se aproximar da autonomia com literatura própria que busca criar suas definições, objetivos, ações e fisionomia própria. Permeados no lócus de enfraquecimento do Regime Militar entre as datas de 1980 a 1985, tem-se a reconceituação para firmar saídas definitivas do assistencialismo para a esfera do direito social.

Tomando por referência os anos 1980, cumpre ressaltar que os movimentos sociais adquiriram maior efervescência, uma vez que, o Regime Militar foi extinto, entrando em vigora democracia, tendo em 1982 eleições no auge dos movimentos da "direta já!", sendo Tancredo Neves eleito pelo voto secreto e não mais de

cabresto. Em consonância com a linha de pensamento de Mestriner (2005), em 1985 mesmo que com planos desenvolvimentistas obtivemos avanços, pois foi criado o I Primeiro Plano Nacional da Nova República-PND/RN, porém com base nos critérios sociais metódicos.

Em linhas gerais, metodologicamente o Brasil caminha movido por busca de direitos e efetivações seguras, onde em 1988 via Constituição Federal, a Assistência Social se emancipa, saindo da prática benevolente para assumir o tripé da seguridade social (Saúde, Assistência e Previdência) “definindo-se, assim, como política de proteção social, articulada com as demais políticas de garantia dos direitos sociais” (SIMÕES, 2009, p.171), logo a conquista se materializa e a Assistência Social configura-se como garantia de direitos de priorização aos necessitados de cunho não contributivo.

1.2 Assistência Social sob a égide do direito: parâmetros de regulamentação

A Assistência Social no final da década de 1980 obteve transformações satisfatórias, quando em 05 de Outubro de 1988 com a promulgação da Constituição Federal brasileira foi qualificada como política da Seguridade Social que será prestada para quem dela necessitar, sem considerar o caráter contributivo, logo esta Constituição Federal é a plena representatividade de um Estado democrático destinado a assegurar a execução dos direitos individuais e sociais, em linhas gerais é o guia para todas as outras leis que fundamentam a vivência humana mediante regulamentos legais.

Assim, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social tem por objetivos:

“A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, e à velhice; O amparo as crianças e adolescentes carentes; A promoção da integração no mercado de trabalho; A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; E a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei”. (BRASIL, 2006, p.133)

Mesmo com a legalidade política da Assistência Social, advinda da Constituição Federal de 1988, quando ampara todo núcleo familiar, é visível a inconstitucionalidade no plano real, pois gigantescamente as questões sociais assolam a realidade populacional ficando as famílias desprotegidas.

Aviva ainda mais essa questão de que a esta carta magna de 1988 destacou a Seguridade Social, explicando em seu Art. 194 a presença desta no tripé da Seguridade Social, acrescidos dos objetivos de acolhimento e aparato para efetivações de direitos desta política, e posteriormente no seu Art.195 põem em xeque as formas de financiamento das políticas, que é destinado à sociedade direta ou indiretamente, favorecendo, assim, com a qualidade do setor público o qual tem seus direitos assegurados.

Nesta perspectiva os objetivos da Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência são importantíssimos e necessários para que a política seja efetivada de fato, logo, por intermédio da Constituição Federal de 1988 são objetivos:

“A universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços as populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento, e caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregados, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados” (IBIDEM: p.127)

A Seguridade Social representa um leque de conquistas que prioritariamente qualifica a vivencia da população frente a possibilidades de direitos, entretanto em pleno sistema capitalista de viés Neoliberalista tem-se na prática as dificuldades da aplicabilidade dos objetivos da Seguridade Social, fato o qual deve ser priorizados em movimentos sociais rumos à concretização de direitos.

Em contrapartida das dificuldades elencadas é notório que a Assistência Social também passou a ser vista sob o prisma do direito, sendo destacada em seus princípios a descentralização político-administrativa e também a participação popular na formulação das políticas, fatores estes que, demonstraram a lealdade para com a quebra das amarras ideológicas Estatais, assim ficando com a certeza de que todos são seres de direito, sejam eles previdenciários, universalista, e ou para quem dele necessite.

Assim, fortifica-se a visão mediante postura dialogada por José Paulo Netto, o qual enfatizou na II Conferência Nacional de Assistência Social que:

"Como componente da seguridade social, a assistência social é medida legal e legítima que visa oferecer segurança social aos cidadãos não cobertos (ou precariamente cobertos) pelo lado contributivo da seguridade social. A assistência social visa livrar esses cidadãos não só dos infortúnios do presente, mas também das incertezas do amanhã, protegendo-os das adversidades causadas por enfermidades, velhice, abandono, desemprego, desagregação familiar, exclusão social." (Anais da II Conferência Nacional de Assistência Social - 1997)

A gratuidade da Assistência Social é fato preponderante que contribui para melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que, os usuários que não possuem meios de contribuir com o INSS, são assegurados pela política da Assistência Social, a qual é direcionada para quem dela necessita sob o caráter da seletividade.

O marco decisivo para autonomia da política da Assistência Social partiu da Constituição Federal de 1988, sendo por intermédio desta que a Assistência Social teve rumo próprio, e para consolidar tais conquistas, lutas firmaram-se em prol da defesa e efetivação de direitos. Entretanto além de espaço de direito, a Constituição Federal de 1988 pode ser percebida de outra forma, pela cena política Neoliberalista, a qual fez um leque de paradoxos e ambigüidades. Assim é possível perceber – la como:

"(...) plena ambigüidade e de profundos paradoxos. Pois se, por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício de participação política, por outro lado, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais, coloca em andamento processos articuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos públicos no campo social, sob a forte pressão dos interesses financeiros internacionais". (YASBEK, 2004, p. 24)

A Assistência Social se encontrava permeada, em uma cena contraditória e crítica, pois o leque de direitos assegurados em plena Constituição Federal de 1988 sofria embates de retenção de gastos com prioridade no individualismo e flexibilização de direitos, onde as questões sociais acirravam aumentando

gradativamente a escala de desemprego, informalidade, privatizações e, contudo fragmentação da seguridade social.

Desse modo, como intenção de mudança e de nova roupagem na política, é importante relatar que a Constituição Federal de 1988 não foi suficiente para barrar a ansiedade cidadã por conquistas de direitos, pois setores orgânicos da sociedade organizaram movimentos e eventos na busca de formular e posteriormente efetivar a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), entre fins da década de 1980 e início de 1990, onde com a presença do Neoliberalismo bem como da Presidência de Fernando Collor de Melo, a iniciativa foi fatalmente barrada, porém, em 1991 a matéria retorna ao poder Legislativo para reiniciar as discussões, e nos seminários os temas se maximizavam em torno da necessidade de aprovação da LOAS, enquanto projeto lei. Essa iniciativa vivenciou processo lento, gradativo, e, contudo positivo, pois obteve objetivo desejado: aprovação em 1993 pela Deputada Fátima Pelaes.

Marcada pelo caráter democrático e civilizatório a LOAS demanda em princípios, diretrizes e objetivos a real defesa da cidadania popular exigindo também que “as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e garantia de direitos e acessos a serviços” (PNAS, 2004. p.32). No tocante aos princípios, diretrizes e objetivos estes apresentam consonância com a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e a LOAS, sendo relevante destacar, que os princípios beneficia a todos os usuários na defesa de atendimentos de qualidade e primazia do protagonismo cidadã, desse modo são princípios:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (PNAS, 2004, p. 26)

Em linhas gerais os princípios estabelecidos na PNAS denotam compromisso em garantir o acesso a todos os direitos dos cidadãos, respeitando sua autonomia e socializando as informações acerca dos direitos sociais.

A promulgação da LOAS foi uma conquista ,porque implementou um campo de direitos, porém a efetiva implementação foi a certeza de que os movimentos tem força e voz. Assim novos tempos se iniciaram no Brasil, pois a LOAS se regulamentou enquanto parâmetro disseminador de garantia de direitos sociais, e barreira para com as tradições culturais e política.

Neste contexto, o assistencialismo e o ato emergencial saíram de cena, repaginando a Assistência rumo ao comprometimento com a cidadania, nesta linha a LOAS em seu Art.1º, deixa claro que:

“A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. (LOAS 1993: p. 01)

Com o surgimento da (LOAS), a Assistência Social teve maior redundância legislativa, pois esta foi fortemente explicada como direito de todos e dever do Estado, a sua aprovação em 1993 no Congresso “deve-se em grande medida a mobilização de militares que resolveram enfrentar as medidas assistencialistas, descontinuadas, oportunistas que atendiam pelo nome de assistência social para propor uma nova lógica” (IV Conferência Nacional de Assistência Social, 2007; p.96). Os enfrentamentos das medidas assistencialistas resultaram em ganhos para a política da Assistência Social, a qual despertou a necessidade crítica e transformadora da realidade.

A partir de então, novas possibilidades de mudanças transformadoras para a Assistência Social se organizavam, quando em 1995, foi criado a Secretaria da Assistência Social, a qual mantinha relações com o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), desse modo essas instituições contribuíram para implementação da LOAS, o CNAS se organizou buscando quantificação de Leis de proteção para a Assistência Social, o fruto desta busca foi uma nova conquista transmissora de autonomia: a aprovação em 1998 da PNAS, bem como da primeira Norma Operacional Básica de descentralização, onde o monopólio do poder é extinto, aprovando a participação de cada esfera de governo.

A matricialidadesócio-familiar indicada pela PNAS permite a segurança da proteção social da família: seja na forma básica e/ou especial, visto que, esta proteção é “em primeira ênfase a capacidade protetiva da família e a segunda é a densidade das relações de convívio e sociabilidade desde sua constituição na esfera do cotidiano ate suas formas de presença nos vários momentos do ciclo de vida do cidadão e da cidadã” (VI Conferencia Nacional de Assistência Social, BRASILIA 2007: p. 19).

O caráter desta política é inovador, pois entende as questões sociais como fato coletivo que buscam desenvolver ações que transformem a realidade utilizando na pratica a superação do conservadorismo e assistencialismo. Segundo a PNAS 2004, a vigilância social, a defesa social e institucional e a proteção básica e especial constituem as funções de sua política.

Neste aparato, é importantíssimo indagar a Constituição primordial da Assistência Social, a qual é expressa na homologação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS):

“Este foi Criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Suas teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/Suas), que apresenta claramente as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa”.IV Conferência Nacional de Assistência Social,2005, p.42)

Em linhas gerais a promulgação do SUAS foi um grande salto na política da assistência social, sendo esta, a representatividade de defesa e aprimoramento universal de direitos, organizada mediante ato descentralizador e participativo, que tem na regulação e organização territorial das ações socioassistenciais os elementos preponderantes da formação deste sistema, o qual é responsável pela materialização do conteúdo da LOAS, que consumívelmente busca a inclusão e a cidadania universalista, logo o SUAS define-se como.

Explicando o campo de funções, cabe a este sistema organizar a Assistência Social com finalidade de normatizar a prática executiva da referida política sob os eixos da matricialidadesócio-familiar, descentralização e territorialização, relação e sociedade sob novo véis financiamento, controle social, desafio da participação popular, recursos humanos, informação, monitoramento e avaliação. Os serviços

sócios assistenciais que fomentam a prática da política de proteção básica da Assistência Social são organizados mediante vigilância social, proteção social e defesa social.

A descentralização político administrativa é elencada no SUAS como ato provedor de autonomia as três esferas de governo sendo incumbido a cada o comando único, bem como a divisão das responsabilidades acrescidas de compromissos em defesa de direitos dos usuários meio articulações dinâmicas e flexíveis onde a hierarquia adquire novo patamar da subordinação para centralidade democrática, que fundamenta a assistência democraticamente como direito do povo.

De acordo com o MDS, evidencia-se que o SUAS, é um sistema de descentralização que prioriza as organizações da rede sócio-assistenciais, onde cada esfera de governo é responsabilizada em atuar junto ao complexo de pauperização e acirramento das expressões da questão social, sendo primordial citar que a participação da sociedade civil por meio de Conselho é responsável pela organização, efetivação de políticas e programas que lidem diretamente com os direitos dos usuários.

Nessa perspectiva de acordo com o Sistema Único da Assistência Social (2005), a Assistência Social ganha maior autonomia atuando mediante duplicação de proteção: a básica, a qual destina a ação de prevenção e acolhida à família para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, tendo como objetivo disponibilizar programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, para conquistar os mínimos sociais, bem como o avanço na qualidade de vida, e a especial que atua como suporte no trato das questões sociais quando as mesmas já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos, sendo importante ressaltar que a proteção especial se divide em dois eixos que são os de média e alta complexidade.

CAPITULO II –ANÁLISE DA PESSOA IDOSA NO CONTEXTO DE INTERVENÇÃO NO CRAS

2.1 Idosos: Proteção, Desproteção e Direitos

Atualmente o envelhecimento é realidade constante, pois demograficamente o Brasil está se tornando um país idoso, onde a expectativa de vida alcança quase um século. E a atividade humana que se torna necessária, é o reconhecimento de que a vida é movimento e que necessariamente viver pressupõe transformar-se.

Logo o mundo é passível de circulações e o tempo é o relógio cronológico do cotidiano, onde o pensamento de estabilidade de parar é negativo e ilusório, sendo real apenas no ato de fotografar, pois a imagem capturada não envelhece permanecendo com a mesma idade de origem, e, porém o mundo real é passível de envolvimento no ciclo de vida: infância, adolescência, juventude e velhice.

Desse modo, “Envelhecer é verbo, ação, continuidade. Envelhecer é transformação: ação além da forma. Tornamo-nos mais velhos a cada momento. Fomos diferentes no passado e seremos diferentes no futuro. Somos privilegiados pela capacidade incrível de mudança” (MONTEIRO, 2008, p. 07). A mudança e a adaptação para esta nova fase de revolução demográfica necessariamente necessita da tomada de consciência e possível intervenção a partir de política pública.

Concorda-se com Zimerman (2000) com relação ao crescimento exacerbado da população idosa, quando ele enfatiza que não é possível ignorar a necessidade de formulação, implementação e aplicabilidade de políticas públicas voltadas ao segmento populacional idoso via âmbito político, econômico, da saúde e institucional. Onde o crescimento da atenção voltada para a pessoa idosa deve acompanhar o ritmo da revolução demográfica.

E como se pode observar nos dados do IBGE a população idosa vem crescendo gradativamente ao longo dos anos:

“O crescimento da população de idosos, em números absolutos e relativos, é um fenômeno mundial e está ocorrendo a um nível sem

precedentes. Em 1950, eram cerca de 204 milhões de idosos no mundo e, já em 1998, quase cinco décadas depois, este contingente alcançava 579 milhões de pessoas, um crescimento de quase 8 milhões de pessoas idosas por ano. As projeções indicam que, em 2050, a população idosa será de 1900 milhões de pessoas, montante equivalente à população infantil de 0 a 14 anos de idade” (IBGE, 2000, p. 247).

O aumento do envelhecimento configura a necessidade de maiores intervenções públicas a cerca desta realidade, pois consideravelmente os valores sociais econômicos e psicológicos, por exemplo mudam, fato este que, vigora uma série de desafios a sociedade, principalmente na esfera da efetivação dos direitos direcionados a pessoa idosa, todavia que:

”É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” (Estatuto do idoso, Art. 3º, Título I, p. 09).

Em contrapartida a legislação de atenção à pessoa idosa, no plano real, é visível o descumprimento dos direitos estando os idosos aglutinando o enfileiramento das expressões da questão social, devido ao fato de que a tecnologia e os meios de adaptação à nova fase de revolução demográfica não acompanharam o mesmo ritmo quantitativo populacional idoso. E no que se refere à convivência familiar e comunitária, legalmente esta é competência da família, da comunidade, da sociedade e do poder público, onde mediante as orientações Técnicas o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 2009, é responsável pela tentativa de fortalecimento de vínculos atendendo na linha preventiva, com o objetivo de alcançar à melhoria da qualidade de vida defendendo a prioridade da aplicabilidade da lei de proteção a pessoa idosa na prática cotidiana.

É importante destacar que a família como a primeira unidade protetora de seus membros, deve dominar como teor de responsabilidades o cuidado para com o idoso, advertindo que este cuidado deve ser saudável, na quantidade certa, sem excesso e sem ausência, pois a autonomia dos idosos está em questão.

Segundo Pilar 2003, um dos problemas dos idosos é a solidão, seja ela por parte de familiares ou sociedade, a qual se dará por perdas do núcleo social de trabalho, falecimento de companheiros e entes queridos, e geralmente pela quebra da

convivência familiar, pois os filhos já não vivem em casa. E então uma nova etapa da vida se inicia onde necessita de um tempo de aceitação e adaptação.

Como principal legislação brasileira específica aos idosos, tem-se a Política Nacional do Idoso regulamentada pela Lei 8.842 de 4 de Janeiro de 1994, a qual põem em vigor a atenção na forma do direito aos idosos dispondo maior autonomia a estes, criando o Conselho Nacional do idoso e dando outras providências.

Para Zimerman 2000, o status social do idoso é modificado constantemente adjunto com o relógio biológico. Estas modificações ocorrem em função de uma:

Crise de identidade – perda da auto-estima, ocasionada pela ausência de papel social; Mudanças de papéis – adequações a novos papéis decorrentes do aumento do seu tempo de vida. Essas mudanças ocorrem no trabalho, na família e na sociedade; Aposentadoria (reforma) – os idosos devem estar preparados para não ficarem isolados, deprimidos e sem rumo; Perdas diversas – aqui se incluem perdas no campo aquisitivo, na autonomia, na independência, no poder de decisão, e na perda de parentes e amigos; e diminuição dos contactos sociais – esta redução decorre de suas possibilidades. (Zimerman, 2000, p.127 a 194)

Com relação aos efeitos da nova etapa da vida, a velhice, é importante destacar que este estrato populacional terá grande espaço de tempo, pois na maioria das vezes estes já não possuem vínculo laborativo, sendo “que a partir da aposentadoria haverá disponibilidade de tempo livre e que será necessário ocupa-lo com atividades formativas gratificantes” (PILAR, 2003, p. 29 e 30). Com relação à ocupação do tempo ocioso dos idosos, destaca-se a implementação de política de proteção social que busquem a qualidade de vida e necessariamente a fortificação de vínculos familiares e comunitários, daí situamos a presença dos CRAS na vida dos sujeitos.

Outra questão fundamental para ser destacada, é o espírito neoliberal, individualista e conservador que fragmenta o entendimento do idoso como termo pertencente à cidadania, pois vulgarmente o idoso é rotulado como “velho e incapaz”, fato o qual se caracteriza como ato infrator muito prejudicial, em virtude do reconhecimento individual e coletivo de seres de direitos e da aceitação da inevitabilidade da condição de envelhecimento saudável e ativo.

Atualmente muito se comenta sobre envelhecimento, porém, tal ciclo vital necessita ser compreendido, refletido e principalmente defendido, enquanto pertencente à cidadania. Logo o termo “envelhecimento em sua complexidade, não

se reduz apenas ao aspecto físico, mas incorpora a influência da sociedade em que vive alguns aspectos culturais e psicológicos que, inter-relacionados, constituem o todo do ser humano” (OLIVEIRA 1999; p.121), deste modo o envelhecimento atinge todo o complexo societário.

Partindo do pressuposto de que os idosos são seres de direitos é relevante destacar o intercâmbio legal que protege o idoso na forma da lei, situando desta forma o plano integrado de ação governamental para o desenvolvimento da Política Nacional do Idoso, como ação de promoção de visibilidade e de conforto social, econômico e biológico, esta lei foi regulamentada pelo decreto 1948, de 13 de Julho de 1996.

Como forma de garantia da melhoria da condição de saúde voltada para a pessoa idosa, em 1998 a Política Nacional de Saúde do idoso foi sancionada com a proposta de:

“A promoção do envelhecimento saudável, a manutenção e a melhoria, ao máximo, da capacidade funcional dos idosos, a prevenção de doenças, a recuperação da saúde dos que adoecem e a reabilitação daqueles que venham a ter a sua capacidade funcional restringida, de modo a garantir-lhes permanência no meio em que vivem, exercendo de forma independente suas funções na sociedade” (BRASIL, 1999, p.21).

Por mais que a proposta de integração do direito a saúde seja universal, esta se encontra fragilizada e sucateada, pois a fila de espera por atendimentos desqualifica o atendimento universal e, contudo a prioridade de atendimento por parte dos idosos.

Ainda sobre formas de regulamentação de direitos voltados para pessoa idosa, a Assistência Social pensando em priorizar políticas sociais para quem dela necessita de modo gratuito, criou os programas de renda vitalícia e o Benefício de Prestação continuada com o intuito de alcançar meta de melhoramento socioeconômico de destino aos idosos com idade igual ou superior a 65 anos, que não possuam outros benefícios.

A grande descoberta revolucionária que atingiu o cotidiano dos idosos na qualidade de grande salto qualitativo transmissor de garantia de direitos, de qualidade de vida e principalmente autonomia, vigorou em 2003 com a criação do Estatuto do Idoso pelo decretado lei Nº 10.741/03, fato o qual na história da humanidade rompeu com as amarras do assistencialismo, pondo em vigor a

democracia metodologicamente dialética que direciona ao idoso o acesso da cidadania, de modo que, para o estatuto do idoso “o envelhecimento é um direito personalíssimo e sua proteção um direito social, nos termos desta lei e da legislação vigente” (Art. 8º, Título II; p13).

A confirmação da qualidade de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários é função legalizada da defesa de direitos estabelecida no Estatuto do Idoso, quando é fundamentada a idéia de que a participação na vida familiar e comunitária é direito de liberdade assegurada em defesa do cumprimento da cidadania.

Para Teixeira (2004), o envelhecimento saudável do idoso, é influenciado pela condição de vida que este sujeito desenvolveu ao longo de sua existência, logo, é entendido que o homem é produto do meio, pois para este, a velhice é o resultado final da vida iniciada desde o nascimento. Desse modo os sofrimentos, sejam eles psicológicos, econômicos e físicos, fomentam condições negativas para o desenvolvimento saudável e ativo do envelhecimento, proporcionando espaços para intervenção de políticas públicas, pois as questões sociais surgem neste contexto necessitando de um olhar político intervencionista.

O envelhecimento saudável depende do modo de sobrevivência, pois a forma de vida se torna reflexo do ontem em função do presente, os quais são merecedores de planejamento e atenção pública. Desse modo, entende-se que a saúde é o principal reagente de influencia a socialização do idoso.

“O envelhecimento e suas alterações de saúde levam o idoso ao estreitamento da sua inserção social. As alterações físicas, como perdas sensoriais (déficit auditivo e visual), déficits cognitivos, problemas osteoarticulares, seqüelas ou descontrole de doenças crônicas, são fatores que limitam a mobilidade e a independência do idoso, prejudicando sua sociabilidade, atividades diárias e bem-estar” (Assis, 2004, p. 128).

Dessa maneira, a presença da saúde em modo satisfatório possibilita ao sujeito maior abertura no leque de envolvimento social, uma vez que, o sujeito possui maior disposição no tocante ao envolvimento em atividades dinâmicas grupais, o qual passa a usufruir do potencial de realização e desenvolvimento pessoal em todos os momentos da vida.

A presença da revolução demográfica que tem aumento gigantesco de idosos no Brasil deve ter este mesmo ritmo acelerado, no tocante à articulação de políticas

pública voltadas para este segmento populacional, para que o desenvolvimento esteja paralelamente ligado a um fio condutor de crescimento conjunto.

2.2 Proteção Social Básica e o CRAS

Prioritariamente é importante indagar que a proteção social é estruturada em dois eixos: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, onde ambas representam a tentativa de proporcionar melhor qualidade de vida mediante atendimento vinculado a matricialidade sócio familiar.

Sobre a Proteção Social Especial, esta reflete a atenção especializada aos usuários em situação de risco social que pelo rompimento dos vínculos familiares, têm-se os direitos sociais rompidos. Esta atenção é sub dividida em media e alta complexidade.

De modo aproximativo o eixo da Proteção Social Básica terá maior aproximação teórica, todavia que nos refere-se ao CRAS, Proteção Social Básica, acreditando que a representatividade da porta de entrada para a política da Assistência Social, enquanto caráter preventivo e proativo contribui com a prevenção de ocorrência de situações de risco social. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p.03) a Proteção Social Básica deve apresentar os serviços de: Proteção e Atendimento Integral à Família, de convivência e fortalecimento de vínculos e de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência, devendo garantir segurança de sobrevivência, de acolhida e de convívio ou vivência familiar.

A PNAS relata a importância do exercício da Proteção Social Básica quando afirma que:

“São considerados serviços de proteção básica de Assistência Social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo dos seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização, e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho” (PNAS, 2004, p. 36).

A Proteção Social Básica é o atendimento preventivo de primeira instância da Assistência Social, política que contempla o tripé da seguridade social, sendo esta destinada para quem dela necessite, obedecendo ao caráter seletivo, fato o qual representa a maior dificuldade da prática de efetivação da política.

A esfera familiar e comunitária, mediante PNAS constitui os eixos estruturantes da sociedade, todavia que a sociedade é o produto do meio que se define meio a toda realidade humana, logo todo o ciclo vital e as formas objetivas de vida igualmente guardam necessidades e demanda atenção integral do Estado, assim as ações Estatais, são desenvolvidas de modo integral, estrutural e articuladas entre si com as demais políticas, com o intuito de alcançar a universalidade da cobertura das necessidades humanas para toda a parcela popular necessitada de intervenção social.

De acordo com a Orientação Técnica do Centro de Referência de Assistência Social (2005), a Proteção Social Básica tem como foco as famílias, os indivíduos e as mais variadas formas de sociedade que concretizam condições de vulnerabilidades sociais, de pauperização, de falta de oportunidades igualitárias e precariedade de serviços públicos e entre outros. Com tudo, a família se constitui como atributo de maior apropriação intervencional para busca efetiva de transformação societária, pois a família é a primeira instituição de cuidados e desenvolvimento enquanto cidadã do futuro.

Para tanto, Carvalho fundamenta a idéia de que a família em conjunto com o Estado ambas possui função protetiva fundamental em seio familiar e comunitário, destacando que:

“o exercício vital das famílias é semelhante às funções das políticas sociais: ambas visam dar conta da reprodução e da proteção social dos grupos que estão sob sua tutelar. se, nas comunidades tradicionais, a família se ocupava quase exclusivamente dessas funções, nas comunidades contemporâneas elas são compartilhadas com o Estado pela via das políticas sociais” (CARVALHO, 2005, p. 267).

A semelhança entre exercício vital das famílias e as políticas publicas consistem no processo de constantes transformações, na busca de reproduzir e proteger. Contudo a proteção das políticas publica possuem outro aspecto além do atendimento maternal e paternal, o do direito legalmente estabelecido com destino para quem dela necessite, desprezando a moeda de troca, contribuição.

Segundo Faleiros (2004) as políticas sociais nasceram na história brasileira pela necessidade humana, por movimentos de busca de transformação das características de fragmentação, focalização e assistencialismo cristão, pondo em vigor o desenvolvimento da mesma enquanto direito de todos e dever do Estado, o qual tem nas famílias a competência de trabalho conjunto movido pela intenção de reprodução e proteção social, nos dias atuais.

Tomando como aporte a prática preventiva, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) criou os CRAS destinando a este o serviço de proteção básica, sendo uma unidade pública estatal composta por equipe interdisciplinar, e os principais usuários deste referido serviço, são famílias em condições de vulnerabilidades sociais, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, famílias com deficientes e idosos dependentes e os não inseridos em serviços locais, com crianças inscritas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), jovens e adolescentes grávidas e com filhos, com conflitos entre membros e ocorrências de fragilização ou rompimento de vínculos.

Os CRAS têm o papel de executar os serviços de proteção social básica, organizando e coordenando a rede de serviços sócio-assistenciais, bem como mediando às relações dos usuários com outras instituições sociais e com o Estado, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares, “atuando com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário” (PNAS 2004), esta aproximação comunitária faz dos CRAS, uma instituição pública conhecedora de necessidades e principalmente executora de políticas não verticalizadas.

Nesta perspectiva de atendimento o CRAS trabalha com famílias em situação de vulnerabilidade social que decorrem da privação ou falta de renda pouco acesso aos serviços públicos, situações de discriminações e risco social com vínculos familiares e comunitários fragilizados. É, conseqüentemente por motivos de desproteção e enfileiramento de questões sociais que o lócus de instalação do CRAS deve ser em áreas territoriais de vulnerabilidades a fim de atender famílias na tentativa de evitar a realidade de situação de direitos violados e, portanto articulações profissionais da proteção especializada de acesso Centro de Referências Especializado da Assistência Social (CREAS) Municipal e/ou Regional,

com o intuito de aproximar-se dos sujeitos necessitados de intervenção básica na linha de prevenção.

Desse modo o CRAS representa à realidade da busca constante de transformação social que fomenta a proteção dos vínculos familiares e comunitários, bem como a proteção integral a família. De acordo com o MDS os eixos que embasam as ações ofertadas nos CRAS “são a matricialidade sócio familiar e a territorialização”.

Vislumbra-se que é a partir dos CRAS, que a Proteção Social Básica se territorializa e se aproxima dos usuários, bem como de sua realidade, sendo a prática profissional firmada na busca constante de transformações sociais frente as mais variadas expressões das questões sociais, todavia que o CRAS busca prevenir vulnerabilidades e riscos sociais, bem como descobrir e estimular potencialidades visando o melhoramento da qualidade de vida das famílias reconhecendo-as como sujeitos da sua própria história repletos de valores, vivências e capacidade de construir mudanças.

Assim, os CRAS passaram a ter a finalidade de contribuir para o aprofundamento do reconhecimento desta política como direito, garantido legalmente, em vez de assistencialismo meramente caritativo. E os profissionais da referida instituição devem ter comprometimento ético profissional com as demandas tornando-se mediadores de direitos sociais, pensando na transformação da realidade dos usuários, adentrando assim no universo de melhorias na qualidade de vida.

A Proteção Social Básica desenvolve ações de prevenção na busca de fortalecer os vínculos familiares e comunitários e, contudo os idosos inseridos nos Serviços CRAS, fortalecem a necessidade de atenção a este segmento populacional.

2.3 Grupos de convivência e fortalecimento de vínculos: baliza fundamental para a prática preventiva do CRAS

Em apropriação dos termos a serem discutidos neste capítulo é relevante realizar compreensão dos mesmos, onde necessariamente grupos de convivência

de idosos são práticas propositivas que complementam realidades de sujeitos em condição de vulnerabilidade, logo:

“Os centros e grupos de convivência de idosos são formas de associativismo que começaram a ser implementadas no Brasil na década de 1960, como alternativas de convivência e participação de idosos saudáveis que viviam isolados, sobretudo em decorrência da diminuição do número de membros da família, dos baixos rendimentos da aposentadoria e da inexistência de políticas públicas de proteção” (Rio, 2009, p.17)

A prática de inicialização de grupos voltados para o idoso surgiu no complexo de realidade assistencialista, onde os idosos não possuíam visibilidade, sendo o Brasil nessa época considerado um país jovem e, portanto a discussão sobre a problemática expressa em vigentes questões sociais que envolviam a população idosa não constava na agenda da sociedade brasileira, “também a "terceira idade" é uma criação recente no mundo ocidental.

“O fenômeno do envelhecimento populacional, marcante no Século XX empurrou a velhice para idades mais avançadas”(PRADO, 2002, p. 3). Para tanto, foi nos anos de transição 1970 a 1980 que os idosos passam a serem vistos como vítimas e, sobretudo sujeitos de intervenções, quando na história da humanidade o conservadorismo foi barrado, dando início a democracia, e desta forma, ao viés de oportunidade manifesto mediante definição e atendimento das necessidades dessa população idosa.

Segundo Motta (2004) os programas próprios dos dias de hoje entre esses os grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, são aceitos pela terceira idade como algo positivo. Sendo estes construtores de novas relações sejam elas com pessoas da mesma geração, fora do círculo familiar que possibilitam adaptação no ato de descobrir ou reencontrar funções, desenvolver a ação participativa na troca de afetos, proporcionando o aperfeiçoamento da auto-estima, e reconstrução de um novo projeto de vida de preenchimento do tempo livre, a fim de criar um espaço para sua existência em níveis de qualidade de vida.

Como forma de busca de esclarecimento, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), deliberada da VI Conferência Nacional da Assistência Social, como forma de cumprimento de meta do plano decenal, a fim de Nacionalizar os serviços socioassistenciais ofertados na unidade de Proteção Social Básica, no

CRAS, com forma de organização por meio de níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de alta e média complexidade, de modo particular, o termo convivência e fortalecimento de vínculos constitui ação da proteção básica desenvolvidas no CRAS mediante PAIF como prática proativa e preventiva, que atua em três esferas: PAIF, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e o domiciliar para pessoas com deficiência e idosas.

Mediante as Orientações Técnicas dos Centros de Referência de Assistência Social (2005) Em meio às esferas de atuação da proteção básica, o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos via âmbito CRAS, busca aproximação com as famílias em pleno exercício de trabalhos sociais, objetivando prevenir ocorrência de risco social, tendo a realidade de fragilidade de vínculos fortalecidos via CRAS, não necessitando de encaminhamentos ao Programa de Atendimento Especializados a Família Indivíduos (PAEFI). Este serviço estimula e orienta usuários transmitindo a idéia central de protagonistas da sua própria história com capacidades de construir e reconstruir realidades.

O perfil organizativo deste prisma é o incentivo ao sentimento de pertencimento e envolvimento grupal na troca de culturas e experiências, com anseios de construir um elo de amizade e confiança compactuada entre a equipe interdisciplinar e os usuários, para adquirir aproximações qualitativas e quantitativas de caráter preventivo e proativo, com estimativas voltadas para defesa, afirmação dos direitos e para o desenvolvimento de capacidades e potencialidades com vista na emancipação dos usuários, os quais passaram a desenvolver suas descobertas em atividades lucrativas que ocupem o tempo ocioso dos mesmos transmitindo amor a si próprio, bem como, envolvimento no mundo social e familiar, sendo as vulnerabilidades objeto de ação profissional enfrentados sob o objetivo primordial de fortalecer vínculos familiares, incentivar a socialização e a convivência comunitária.

Ainda ressaltando o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, é importante destacar que este se organiza mediante divisões de etapas do ciclo de vida atingindo do público infantil ao idoso, com grupos de crianças até seis anos de idade, crianças/adolescente de seis a doze anos, jovens de quinze a dezessete anos e ao idoso com idade igual ou superior a sessenta anos.

Tomando como aporte o extrato social dos idosos usuários do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos no espaço sócio ocupacional do CRAS, todavia que estes referenciam o objetivo geral, o serviço que é ofertado a este

segmento populacional tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, sociável, autônomo e fortificado por vínculos familiares e comunitários.

Entretanto, para que esses adjetivos aplicados ao envelhecimento sejam comungados em prática, é necessário que as intervenções profissionais frente à demanda idosa em condição de vulnerabilidades sociais, e em especial as beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os com vivências de isolamento via âmbito familiar e comunitário, contenham relevância para com a equipe profissional, a qual deve priorizar a vivência em grupo e em individual como aportes de intervenção que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, e que prioritariamente entenda os sujeitos como seres de direitos e o quadro de profissionais como seres devedores de obrigações de fazer valer estes direitos preservando sempre a integridade das pessoas.

As condições e formas de acesso dar-se-á por meio da territorialização da área de abrangência do referido CRAS, por demanda espontânea, busca ativa e ação intersetorial das políticas, ambas movidos pelo interesse comum da aproximação com os usuários.

Os objetivos específicos que norteiam a prática dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos destinados aos idosos embasam a busca ativa de efetuar melhores condições de vida, envelhecimento com dignidade, espaços de promoção de convivência e fortalecimento de vínculo, situar as necessidades, motivações, potencialidades, capacidades e o protagonismo, como impulsionadores de agentes construtores e reconstrutores da sua própria história.

No que se refere aos grupos voltados para terceira idade, estes fomentam em sua prática alcançar transformações societárias mediante atribuição profissional, visto que:

“A socialização é a meta central dos centros e grupos de convivência de idosos, que utilizam como estratégia o trabalho coletivo, com atividades regulares e permanentes que incentivam o convívio, desenvolvendo habilidades nas relações interpessoais. Estruturadas de acordo com interesse comum ou propostas pelos coordenadores, as atividades permitem adquirir novos conhecimentos, muitas vezes sobre a terceira fase da vida e as contínuas mudanças da realidade. Possibilitam trocar experiências, estabelecer vínculos de amizade, partilhar preocupações e sentimentos, viver situações inéditas. Transformam as histórias individuais compartilhadas em história coletiva, construída

combase em um novo conceito sobre envelhecimento e velhice. Exercem poder restaurador da afetividade e da autoestima e servem até de estímulo para retorno ao mercado de trabalho. Evitam o isolamento e a solidão e criam espaço para a participação, para a integração social". (RIO, 2009, p.18)

A prática de grupos socioeducativos, em especial os de convivência e fortalecimento de vínculos voltados para os idosos, reflete a busca incansável de socializar a vivência da pessoa idosa, evitando o isolamento e o sentimento de inutilidade, pondo o idoso como protagonista da sua própria história.

Para Zimerman (1997), os grupos possibilitam uma nova realidade para os idosos, pois neste existe uma maior abertura de contato entre pessoas, fator o qual possibilita a socialização e propagação de emoções, amizades, sentimento de pertencimento e valorização, propiciando desta forma uma ressocialização a partir da convivência coletiva, todavia que os grupos tendem à solidariedade e ao incentivo recíproco.

Pode-se concluir que os grupos voltados para a pessoa idosa é de suma relevância, pois fomenta no interior dos idosos uma nova esperança, uma saída do isolamento para o pertencimento a certo grupo social. A acolhida, o contato direto, a ligação com uma rede intersetorial possibilita aos idosos avanços significativos, quando se fala do retorno ao mundo sociável.

Movido pelo contexto de que toda ação gera uma reação, este serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, com destaque para o ofertado aos idosos, é esperado como impacto social, a redução de vulnerabilidades sociais com prejuízo na vivência familiar e comunitária, bem como a evolução saudável e ativa do envelhecimento e a busca de evitar agravamentos ou reincidências de riscos sociais, por meio da ação participativa nos serviços socioassistenciais direcionados a provisão de direitos que devem ser maximizado com vista à universalização de serviços para quem dele necessitar, a fim de alcançar melhores qualidades de vida dos usuários e familiares meio a transformações sociais.

CAPITULO III – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

3.1- Breve Histórico do Campo da pesquisa

Tomando como base o centro institucional desta pesquisa, o co-financiamento obedece ao plano das três esferas de governo ambas com autonomia no ato de desenvolvimentos nas áreas públicas, esta instituição tem como finalidade desenvolver ações direcionadas as famílias em situação de vulnerabilidades e palperização, com a motivação de prevenir situações de riscos sociais visando a garantia de melhores condições de vida.

No espaço de estágio supervisionado I e II em Serviço Social, muitas descobertas foram realizadas mediante prática de pertencimento ao âmbito de atuação do CRAS de Mauriti Ceará, o qual teve sua implantação no distrito de Buritizinho com porte II, localizando-se sob a Rua José Frutuoso, 60, tendo como equipe técnica um\uma Assistente Social e um psicólogo.

Sobre a situação econômica, o município é um grande produtor agrícola, com destaque para a produção de milho e feijão para o consumo interno. Produz banana e manga para exportação e outros produtos para o abastecimento da população. O município conta também com um número significativo de criação de caprino, bovino, suíno, peixe em cativeiro e aves; na cidade o comércio é diversificado. Mesmo tendo o setor agropecuário em destaque, é o setor de serviços que tem maior participação no PIB.

Com relação à População, em Mauriti há um predomínio de habitantes na zona rural de 24.320, sobre a urbana de 18.079 pessoas. Levando em consideração as pessoas que residem na cidade que possuem mais de 10 anos de idade tem-se o total de 32.124 hab, desses 16.437 são mulheres e 15.687 são homens. De acordo com dados do IBGE houve um crescimento considerável da população, porém, de 2000 a 2007 esse número teve um pequeno declínio.

A instituição é de caráter público atendendo famílias em condições de vulnerabilidades, a territorialização do CRAS é o marco primordial que firma a área de cobertura dos serviços do referido locus, assim o a instituição ressaltada atende famílias e indivíduos do Distrito de buritizinho (sede do CRAS), Distrito de são Félix,

Distrito de olho d'água de são Félix, Sítio santo antonio dos Felipe, Sítio são Sebastião, Sítio alto vermelho, Sítio carnaubinha dos peus, Sítio tanquinho, Sítio Pará, Sítio sipuar, Sítio lagoa da onça, Sítio mancambira, Sítio malhada grande, Sítio calumbi, Sítio girau e Sítio lagoa do buritizinho. Na zona urbana tem-se Rua santo Antonio, Rua josé frutuoso, Rua triburcio de lima, Rua da pinheira, Rua do cajueiro, Rua do 't', Vila palmeira, Rua nossa senhora de Fátima, Rua raimundoalves Fernandes, Rua do balneário, Rua padre joaquim Alves, Sítio lageiro, e Sítio outro lado.

Com relação às áreas de territorialização, esta instituição tem como finalidade desenvolver ações e serviços voltados para população do seu lócus, que se encontra em vulnerabilidades, por meio do processo de busca de conhecimento da equipe multiprofissional, em especial os Assistentes Sociais, que adentra no cotidiano dos usuários com ética e priorização de realização de busca ativa para acolher a população referenciada pelo CRAS.

Prezando a qualidade da vida familiar e comunitária, a priorização da efetivação de direitos aos usuários, e, contudo a busca de estratégias profissionais que amenizem o índice de vulnerabilidades populacional, o CRAS vem reconhecer os usuários como protagonistas sociais defendendo os direitos humanos e sociais. Foi perceptível que o universo CRAS Mauriti\Buritizinho tem compromisso com a materialização do Projeto Ético político quando prioriza a efetivação das reais necessidades humanas.

3.2-Procedimentos Metodológicos

Assenta-se em destaque que a metodologia é o caminhar do desenvolvimento da pesquisa, assim para Minayo (2007), a metodologia é precisamente a junção de técnicas, e métodos que são usados para o alcance da concretização do estudo, resultado final.

O processo desta pesquisa será apoiado nos princípios éticos que regem a profissão de Serviço Social mediante resolução 196/CNS, mantendo em sigilo o anonimato dos sujeitos, utilizando no ato da entrevista a formalidade do termo de

esclarecimento livre, respaldando o princípio ético central do projeto ético político do Serviço Social, a liberdade como valor ético central.

Com o intuito de alavancar conhecimentos e construir espaço de debate teórico a cerca do grupo de convivência e fortalecimento de vínculos com idosos, uma ação interventiva do CRAS no município de Mauriti- CE, sob a visão dos usuários, esta pesquisa se apropriou do método materialista histórico dialético, todavia que, este permite reflexão crítica e propositiva interpretando a realidade na esfera da dinamicidade dos fatos sendo passíveis de mudanças, onde de acordo com Gil (1999), as bases para a interpretação dinâmica e totalizante da realidade é fornecida pela dialética.

Motivada pela perspectiva de leitura macro societária, foi utilizado como método à pesquisa qualitativa e quantitativa com os usuários entendendo que “o conjunto de dados qualitativos e quantitativos não se opõe, ao contrario se completam, pois a realidade abrigada por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 2004, p. 22), a utilização conjunta desses dois métodos proporciona a qualidade de busca totalizante de abordagem teórica, sob o viés de riqueza analítica quando a realidade é refletida mediante análise de dados via quantidade seguida de leitura reflexiva.

No tocante as motivações, inquietações oriundas no campo de estagio I e II CRAS de Mauriti/CE, mostrou-se necessário o desenvolvimento de entrevistas direcionadas aos usuários idosos com o intuito de entender o contexto sobre grupos de convivência e fortalecimento de vínculos sob a visão dos usuários, bem como a pratica preventiva CRAS. Esta entrevista nomeou-se semi-estruturada, pois é a que identifica respostas de relevância para o alcance dos objetivos propostos. Desse modo segundo Triviños (1992) a entrevista semi-estruturada parte de questionamentos nomeados, apoiados por teorias que respaldam á pesquisa, e que, logo após, surge outras interrogativas á medida que se recebem as respostas dos entrevistados. Logo esta proporciona condições favoráveis para análise dos dados obtidos.

O despertar por interesses em determinados espaços, é fruto de observações, aproximações e pertencimento, assim a presente pesquisa se apropriou da observação sistemática, onde “o pesquisador, antes da coleta de dados, elabora um plano específico para organização e registro das informações” (Gil, 2007, p.114), fato o qual, proporciona um olhar equilibrado e respaldado em

interesses de leitura além da unidade objetiva da fala, pondo os gestos e as condições subjetivas como aporte de aproximações induzida por maiores conhecimento a cerca da realidade trabalhada, trazendo assim, a dimensão do dito e não dito.

A descrição, a pesquisa exploratória, a bibliográfica, o estudo de campo, fomentaram a construção de conhecimento, utilizados com o objetivo de aprofundar a leitura do contexto real da presente pesquisa, tendo como bem consensual a conquista de espaço literário que propicie um resultado satisfatório que servira de espaço de debate.

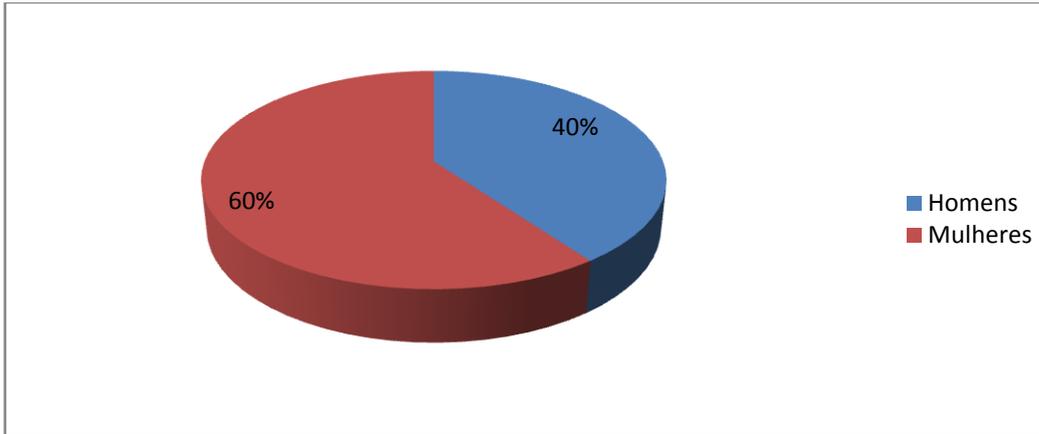
No que se refere amostragem esta foi dialeticamente trabalhada, tendo como extrato entrevistado o percentual de 70% do universo de 58 idosos participantes do grupo de convivência e fortalecimento de vínculos na referida instituição.

Para tanto foi aplicada uma entrevista com os usuários idosos do grupo de convivência e fortalecimento de vínculos CRAS Mauriti-CE, com o intuito de analisar a visão destes sobre o grupo socioeducativo de convivência da referida instituição, a citada entrevista possui 09 perguntas subjetivas e 20 perguntas objetivas, que embasaram as respostas adquiridas no plano dialético visando à condição de propor transformações sociais de cunho construtivo e principalmente analisar como o vínculo familiar e comunitário se apresenta na realidade dos entrevistados.

3.3. Interpretação dos dados e análise dos resultados

Gráfico 01: Identificação dos usuários entrevistados segundo gênero

A identificação dos usuários mediante o gênero qualifica-se como análise necessária, pois a participação dos idosos no grupo de convivência e fortalecimento de vínculos foi ressaltada com maioria dos entrevistados sendo do sexo feminino, como mostra o gráfico.



Fonte: Primária, 2012

O gráfico acima demonstra a incidência da feminilização do grupo de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos, onde o feminino sobrepõe ao masculino com 60% do total dos entrevistados.

De acordo com vivências particulares o fato de maior participação feminina pode ser relacionado à persistência da viuvez entre as mulheres da terceira idade enquanto os homens tendem a assumir novos casamentos, e à resistência masculina em encontrar novas atividades após a aposentadoria e em engajar-se em atividades de cunho cultural, educacional e lúdico.

Outra característica é que o machismo possui raízes e os homens sentem que estes espaços não fomentam a masculinidade sendo esta tarefa de cunho feminino.

Debert (1999), afirma que os programas da terceira idade estão mobilizando mais mulheres, as quais possuem sentimento de entusiasmo e participação, enquanto a participação masculina apresenta déficit, sendo os homens pertencentes na maioria dos casos ao sentimento de reserva e indiferença.

A maior presença de idosas envolvidas na participação de grupos de convivência e fortalecimento de vínculos enobrece a ideia da afirmação de espaço na sociedade, aprovada pelo movimento feminista enquanto ganho de direitos e necessidades legalizado.

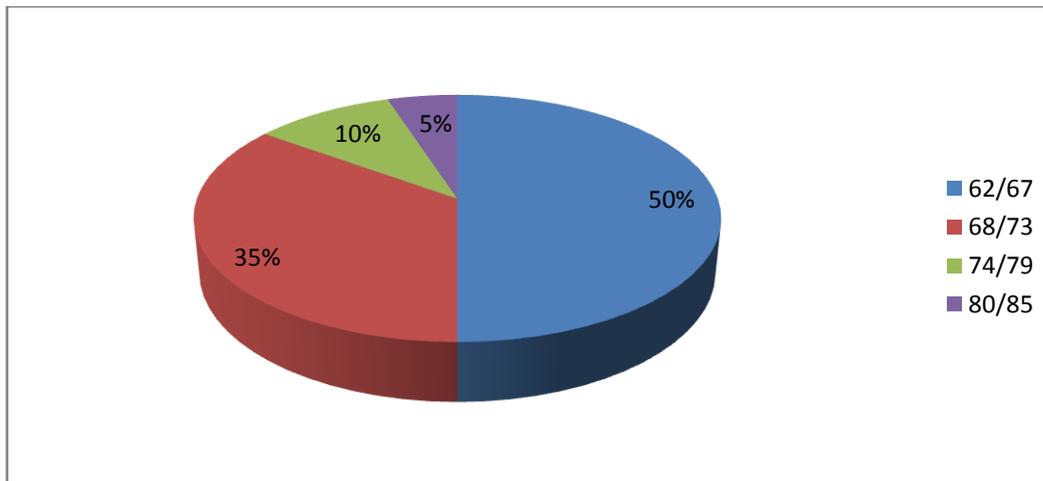
De acordo com Castro (2004), na história da mulher meio a sociedade, no que tange a década de 60 e 70, esta não possuía característica própria sendo explicada pelo homem, para tanto, os movimentos feministas eclodiram uma nova realidade de valorização da mulher dentro e fora de casa.

Assim, as idosas vigoram a realeza da participação, ocupando o tempo ocioso com as atividades de cunho socioeducativo desenvolvidos nas redes de proteção a família.

De acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2010), a elevada taxa do sexo feminino participando de atividades coletivas dar-se-á pela composição demográfica dos idosos com maior probabilidade de sobrevivência pelas mulheres.

Gráfico 02: Identificação dos usuários entrevistados segundo faixa etária

A faixa etária dos usuários idosos, sob o viés de participação social respalda a capacidade biopsicossocial destes, pois a efervescência da participação dar-se-á pelas idades de 62 a 67 anos, isto é quando os idosos possuem maior disposição, fato o qual é demonstrado pelo seguinte gráfico.



Fonte: Primária, 2012

A partir do exposto pode-se identificar que 50% dos idosos entrevistados apresentam faixa etária entre 62 a 67 anos de idade. É importante elencar que o envelhecimento é envolvido por todo um processo seja ele, social, biológico, e/ou físico que afeta diretamente a disposição da pessoa idosa, sendo este um fator que impossibilita a maior participação deste segmento populacional com faixa etária de 74 a 79 anos de idade que proporcionou 10% do total entrevistado, e também os com idade entre 80 a 85 anos que apresentou apenas 5% do universo total dos entrevistados. Desse modo:

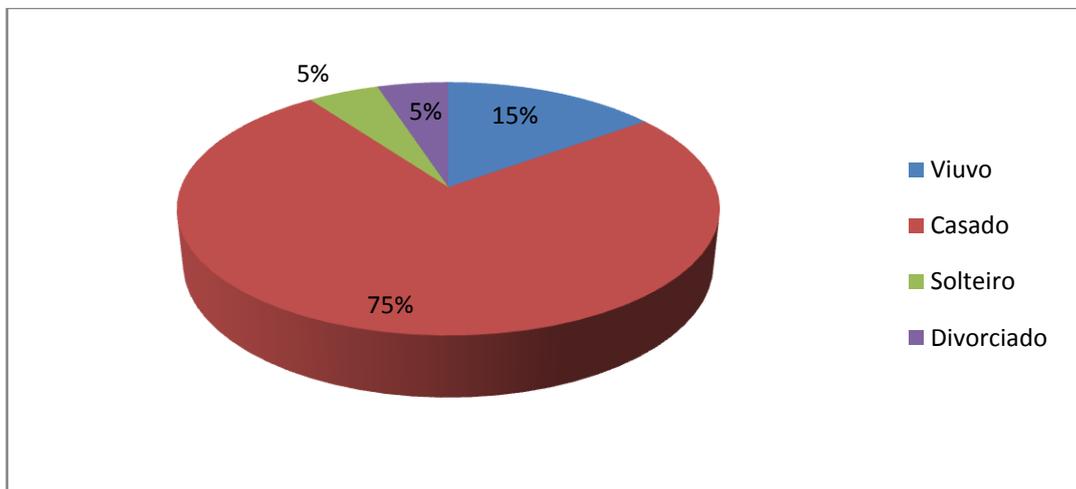
“O envelhecimento está associado a uma variedade de limitações físicas e psicológicas. Frequentemente isso torna difícil para os indivíduos desempenhar certas funções; dependendo de sua motivação, circunstâncias ambientais e reações à incapacidade, aqueles que são assim afetados podem também ficar inválidos. A consequência de tal invalidez é uma deterioração na qualidade de vida (Matsudo, 2001, p. 49).”

Entendendo que quanto mais idade, mais debilitado o sujeito se apresenta, pois as atribuições físicas, biológicas, sociais e psicológicas tendem a se fragilizar no decorrer dos anos, esta não é uma regra geral, mas, normalmente é o que acontece. Logo quanto menor idade, maior disposição, pois o corpo vai se cansando com o tempo. Quando se fala de impossibilidade de participação devido à condição de invalidez e outras necessidades especiais, põem-se como relevante o trabalho de atendimento individual com estas famílias a fim de priorizar o direito e, contudo a busca por melhores condições de vida.

Em concórdia com Fogaça (2005) os limites são atribuídos a todas as idades, mediante ganhos e perdas, o importante é ser propositivo entendendo a realidade e buscando meios de se adequar dentro da fase em que se encontra, com seus limites físicos, psíquicos e sociais (se houver). Nessa fase o acompanhamento é necessário.

Gráfico 03: Identificação dos usuários entrevistados segundo Estado Civil

O condicionamento do estado civil representa a busca de companhia conjugal, bem como, o sentimento de formação de família, segundo os usuários, logo o gráfico a seguir demonstra a maior frequência de casados.

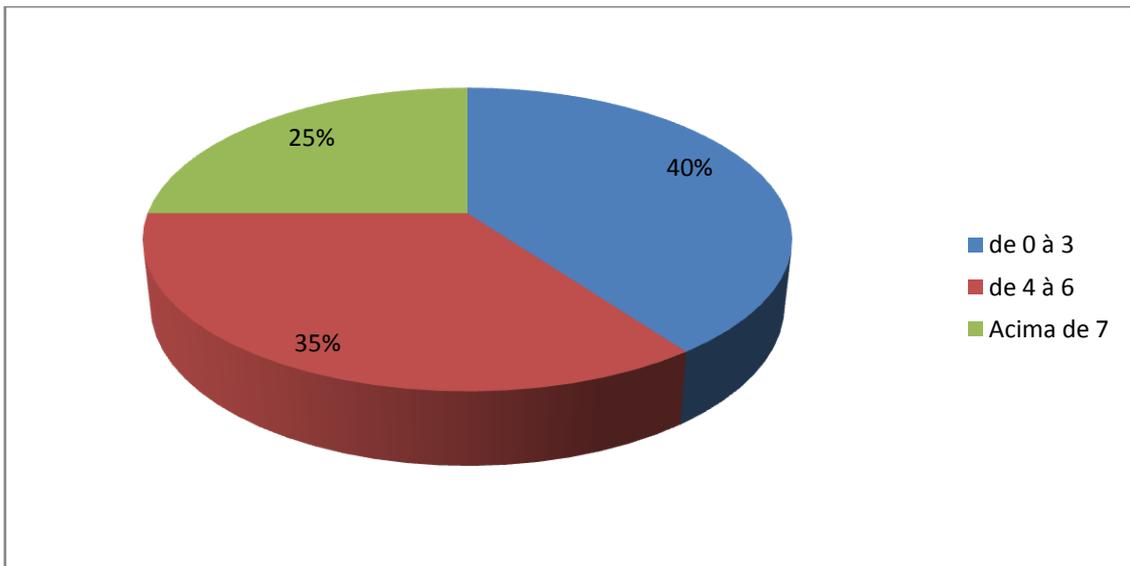


Fonte: Primária, 2012

Seguindo o viés das estimativas, agora no que se refere ao estado civil dos entrevistados, pode-se notar que 75% do universo total são casados, fato o qual significa a característica da fé religiosa do matrimônio, onde 15% são viúvos, 5% divorciados e 5% solteiro. A condição de desenvolvimento familiar é preponderante quando se enfatiza que a maioria dos entrevistados são casados/as, e que foi destacada a realidade de formação do núcleo familiar.

Gráfico 04: Identificação dos usuários entrevistados segundo a quantidade de filhos

Culturalmente pensa-se que o planejamento familiar não era prática das famílias de antigamente, sendo estas expressas pelo aglomerado de filhos, porém o gráfico demonstra que os idosos entrevistados em sua maioria afirmaram possuir até três filhos.



Fonte: Primária, 2012

Seguindo o viés das estimativas agora no que se refere à quantidade de filhos dos entrevistados, pode-se notar que 40% possuem de zero a três filhos, 35% tem de quatro a seis filhos, sendo o menor percentual de 25% possuidores de maior quantidade de filhos na quantidade de sete ou acima de sete. Esta estimativa pode ser elevada a condição de realização de planejamento familiar.

Se tratando da Constituição Federal de 1988, esta inseriu o tema no capítulo VII - Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso. Este capítulo está no título VIII - Da Ordem Social. Quando diz o art. 226, § 7º:

"Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo do Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas."

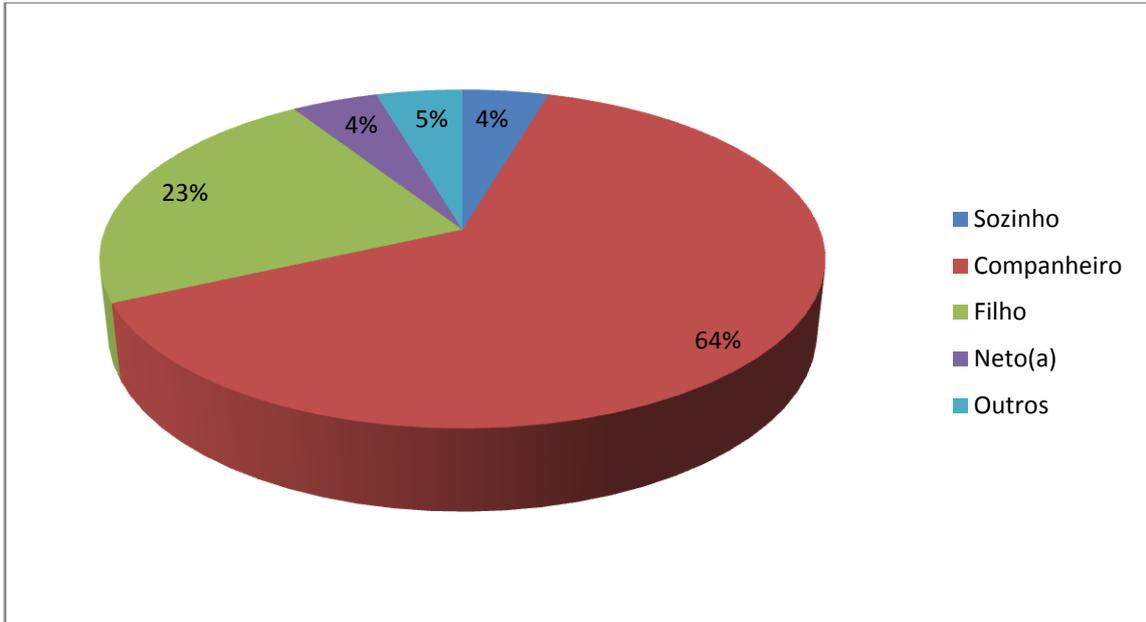
Todavia, com o arranjo familiar partindo do princípio de planejamento se torna mais viável proporcionar melhor qualidade de vida aos filhos. Entendendo que somos produto do meio passíveis de transformações, cabe uma indagação, a da inversão de papéis, filhos se tornando cuidadores dos seus próprios pais, fator o qual recebe influencia conforme intensidade de cuidados, a forma de cuidados ofertados futuramente pelos filhos será proporcional ao recebimento de afeto familiar que foi recebido, quando os pais começam a necessitar de cuidados, não como unidade consensual, porém como base estatística.

Concorda-se com Teixeira quando enfatiza que, "a família é entendida como uma forma natural de organização da vida coletiva, uma instituição estável da sociedade, sendo a união entre seus membros a principal responsável pela integração e harmonia da vida familiar".

O artigo 229 da Constituição Federal diz que "os filhos maiores tem o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade" artigoeste debate que os familiares em especial os filhos tem como dever prestar cuidadosaos seus pais nos momentos de necessidade e enfermidade, realizando o poder de que toda ação gera uma reação.

Gráfico 05: Identificação dos usuários entrevistados segundo arranjo domiciliar

O gráfico abaixo ressalta a companhia domiciliar dos idosos entrevistados, quando a maioria dos entrevistados afirmaram viver com o cônjuge, sendo mencionado também a vivência domiciliar sozinho, com filhos, netos e outros. .



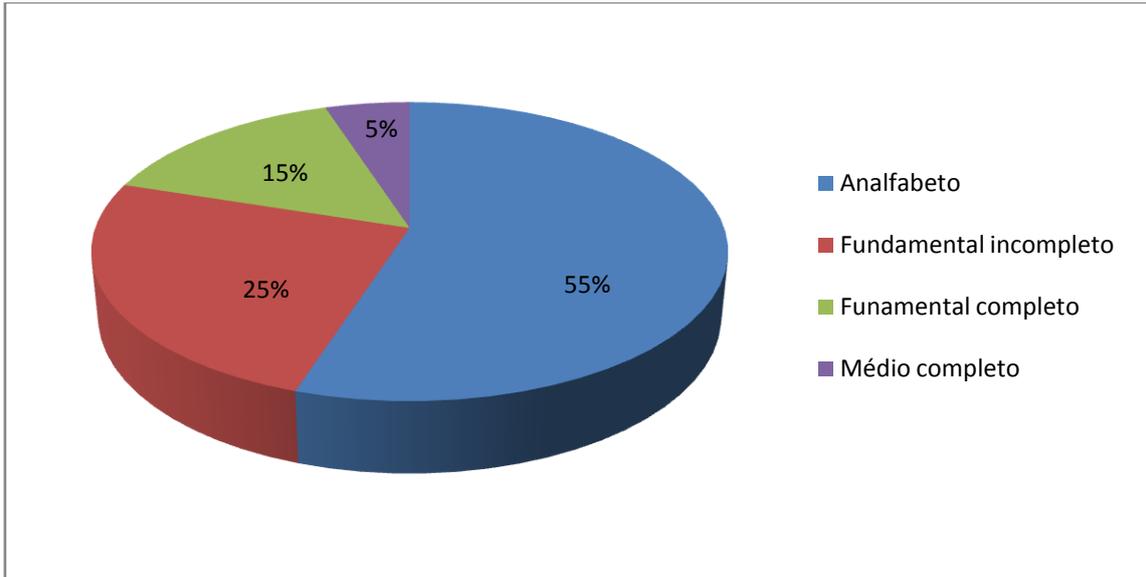
Fonte: Primária, 2012

No arranjo domiciliar, apenas 4% dos idosos informaram residir sozinhos. Em relação às pessoas com as quais os idosos residiam 23% moravam com os filhos; 64% com esposo ou companheiro; 4% com netos; 5% com outros parentes e ou amigos.

O laço afetivo conjugal se encontra relativamente preponderante com maior quantidade de entrevistados vivendo com seu esposo ou companheiro, fato o qual denota existência de sentimento entre o casal.

Gráfico 06: Identificação dos usuários entrevistados segundo escolaridade

A educação no Brasil tem muito que avançar, pois mediante presente pesquisa a maioria dos idosos entrevistados não possuem escolaridade, fator o qual é demonstrado no gráfico abaixo.



Fonte: Primária, 2012

Para subsidiar o movimento das pessoas na sociedade, o nível de escolaridade é fator preponderante, onde a educação representa a porta de entrada para o reconhecimento dos direitos e possíveis efetivações.

Porém, a estatística apresentada referencia a ausência de escolaridade, com 55% dos entrevistados analfabetos, 25% apresentando fundamental incompleto, 15% fundamental completo, e apenas 5% com o ensino médio completo.

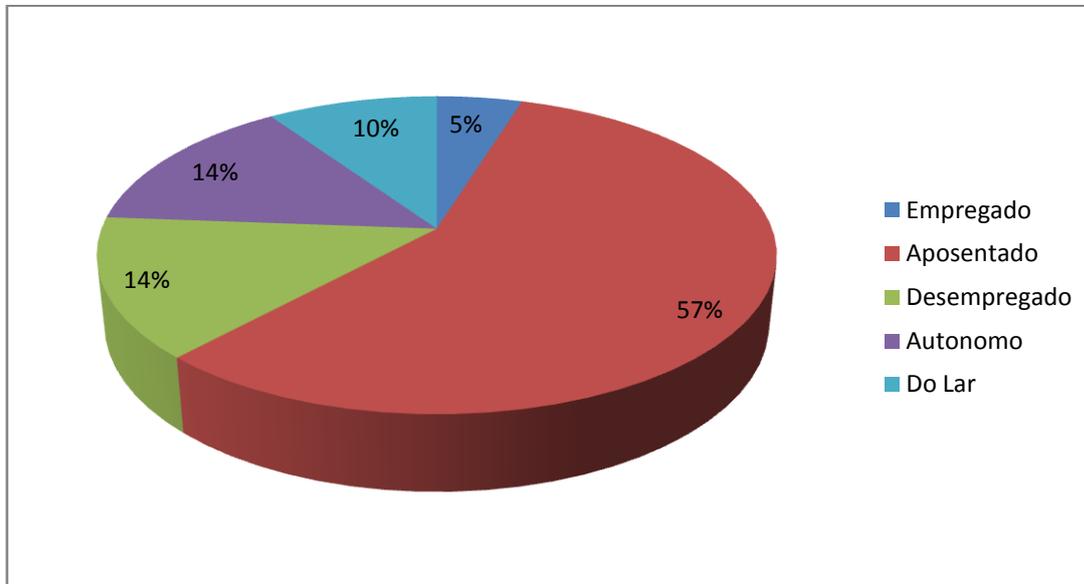
A escolaridade arranjo primordial de desenvolvimento e crescimento populacional, e o analfabetismo:

“A baixa escolaridade limita o usufruto de bens e produtos culturais, impede uma boa carreira profissional, reduz os salários e limita também a defesa dos próprios direitos. Isso se constitui num dos principais fatores de exclusão social. É importante que se garantam a todos os idosos, independentemente do grau de escolaridade, o acesso à educação ao longo de toda a velhice, aí incluídos o domínio de novas tecnologias e a participação, juntamente com as demais gerações, na produção e na difusão de bens culturais”(Federação dos Aposentados e Pensionistas de MS, 2011).

Esta realidade intensifica a necessidade de apoio profissional no trato ao esclarecimento, defesa de direitos e fortalecimento de vínculos mediante prática coletiva socio educativa desenvolvidas nos Centros de Referência de Assistência Social em busca de melhor qualidade de vida intra e extra familiar.

Gráfico 07: Identificação dos usuários entrevistados segundo profissão

O gráfico torna explícito a realidade preponderante da presença da profissão enquanto aposentadoria, demonstrando também a quantificação de usuários segundo o rumo profissional, empregado, aposentado, desempregado, autônomo e do lar.



Fonte: Primária, 2012

Através dos dados e do gráfico, é explícito que 57% dos entrevistados são aposentados, onde se torna papel do setor público à tentativa de proporcionar a qualidade de aposentadoria ativa na intenção de evitar sentimento de inutilidade e marginalização, permitindo a este segmento populacional participação plena na vida comunitária e familiar, bem como de todo complexo da vida social, tornando os idosos útil socialmente, de assumirem responsabilidades nas estruturas existentes, e nas novas estruturas culturalmente desenvolvidas no plano societário.

O desemprego é arcabouço vigente que assola a população brasileira, uma vez que, o Neoliberalismo valoriza o fator econômico desprezando o investimento com o social e valorizando o econômico, em resultado da pesquisa o gráfico aponta que 14% dos entrevistados são desempregados, 14% autônomo, 10% do lar e 5% estão empregados.

É importante fomentar a idéia de que aposentadoria não gera inutilidade, pois: “O momento da aposentadoria não se restringe, portanto, ao encerramento de um ciclo, mas pode apontar para possibilidades fecundas de transformação” (RODRIGUES, 2006, p. 72), sendo neste momento da vida que o cidadão apresenta maior espaço de tempo, sendo relevante preenche-los com atividades produtivas, e

em especial de envolvimento coletivo, a fim de negar o sentimento de solidão apresentado por muitos idosos.

Tomando por base a representatividade da aposentadoria para o idoso e sua família, demonstra-se um grande dilema que é expresso pela total responsabilidade do idoso no sustento familiar, fato o qual pode ser analisado pela ausência de emprego e também pela atitude de dependência devido ao comodismo por parte da família.

“Ajuda de uma boa pessoa que apoia na comida e no remédio” (E/1);
“É uma grande ajuda, sem ela o pobre sofria muito” (E/16);
“Se não fosse o aposento eu já tinha morrido” (E/20);
“Sustento de vida para toda a minha família” (E/12)
“Uma renda principal que ajuda nas despesas diárias, um presente” (E/14).

Constitucionalmente a família tem a obrigação de prover o sustento dos idosos proporcionando os mínimos sociais. Porém as falas acima descritas revelam que a aposentadoria esta sendo à única renda familiar para suprir com as necessidades de toda a família, sendo esta entendida como uma ajuda em vez de direito cidadão.

É relevante também destacar que os usuários entrevistados entendem que a aposentadoria é destinada ao sustento e ao medicamento, onde as vestimentas, o lazer e dentre outras atividades inerentes à vida humana, não foram destacadas afirmando que estas dificilmente entram no orçamento familiar, devido ausência de condições financeiras, logo a qualidade de vida dos idosos fica comprometida.

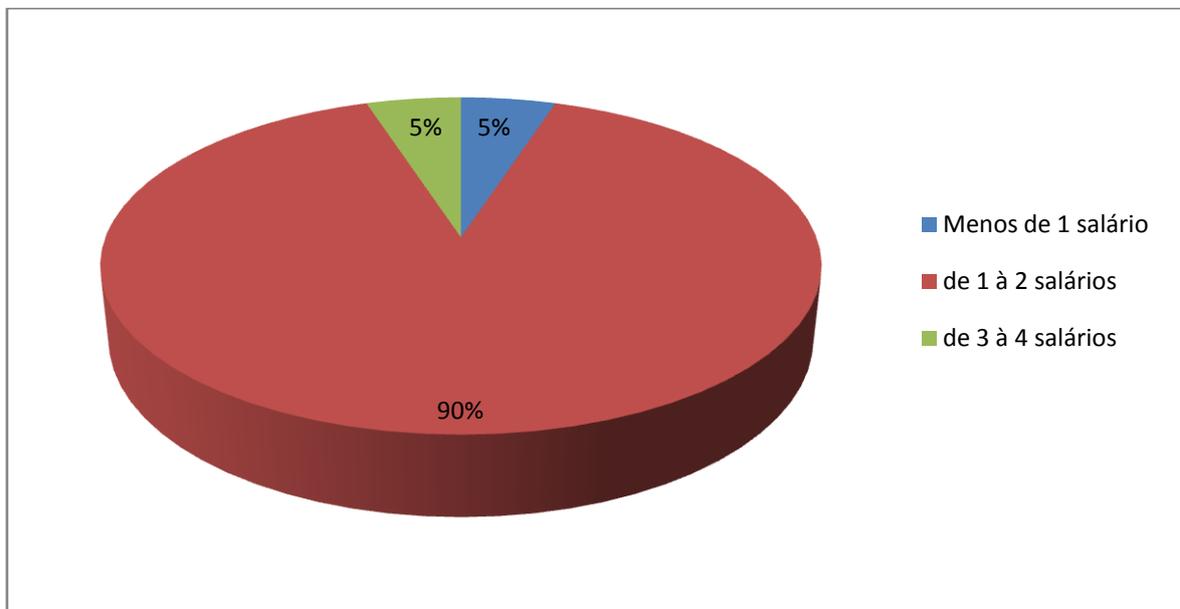
Entendendo que com a chegada da aposentadoria o idoso dispõe de tempo livre para outros tipos de atividades, concorda-se com Moragas quando o mesmo afirma que:

“Finalmente, sobre a importância das atividades de lazer para o bem estar do idoso, todas as pesquisas realizadas entre aposentados, em diferentes lugares e nações, constam maior satisfação e ajustamento pessoal das pessoas ativas. A atividade é benéfica pelas muitas implicações que supõe para o papel social do idoso”. (Moragas, 1997, p. 222)

O condicionamento do lazer apresenta relevância na qualidade de vida dos idosos, quando executado, cabendo à família em vez da dependência econômica, incentivo e companheirismo para com o idoso, despertando desse modo o envolvimento social da terceira idade.

Gráfico 08: Identificação dos usuários entrevistados segundo renda familiar

O contexto renda familiar, aponta para necessidade de mediação na medida em que o sustento familiar é proveniente exclusivamente da aposentadoria dos idosos, quando a maioria possui de um a dois salários mínimos como demonstra o gráfico.



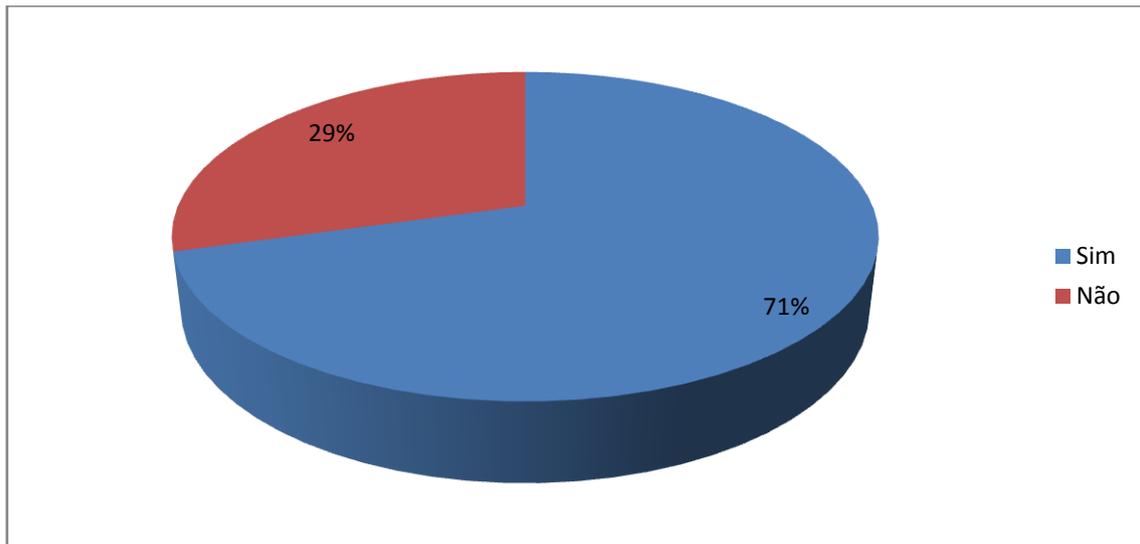
Fonte: Primária, 2012

O salário mínimo mensal concede poder econômico e respeito familiar inéditos a idosos que atravessaram a vida sem saber o que é estabilidade. Para tanto 90% dos idosos entrevistados possuem de um a dois salários mínimos, 5% menos de um salário mínimo, 5% de três a quatro salários mínimos. A ausência de renda familiar foi inexistente nesta pesquisa.

É importante destacar que todo o universo de entrevistados destacaram possuir moradia própria, e possuírem uma condição de habitação com energia padrão, água encanada, banheiro interno com fossa séptica.

Gráfico 09: identificação dos usuários entrevistados segundo provimento de sustento familiar

O presente gráfico identifica o sustento familiar dos idosos entrevistados enquanto principal responsável pelo custeio familiar, onde foi diagnosticado que a maioria destes é responsável pelo sustento com o auxílio da aposentadoria.



Fonte: Primária, 2012

Mediante análise dos dados, é importante destacar que 71% dos idosos entrevistados são responsáveis pelo provimento do sustento familiar, enquanto apenas 29% afirmaram não ser responsável pelo rendimento familiar.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou novos Indicadores Sociais Municipais, que faz uma análise dos resultados do Censo 2000. Eles mostram que 27% dos idosos brasileiros são responsáveis por mais de 90% do rendimento familiar. Cerca de 35% dos idosos nos municípios com até 20 mil habitantes contribuem com 30% a 50% do rendimento familiar mensal, enquanto nos municípios com mais de 500 mil esse percentual é de 17%.

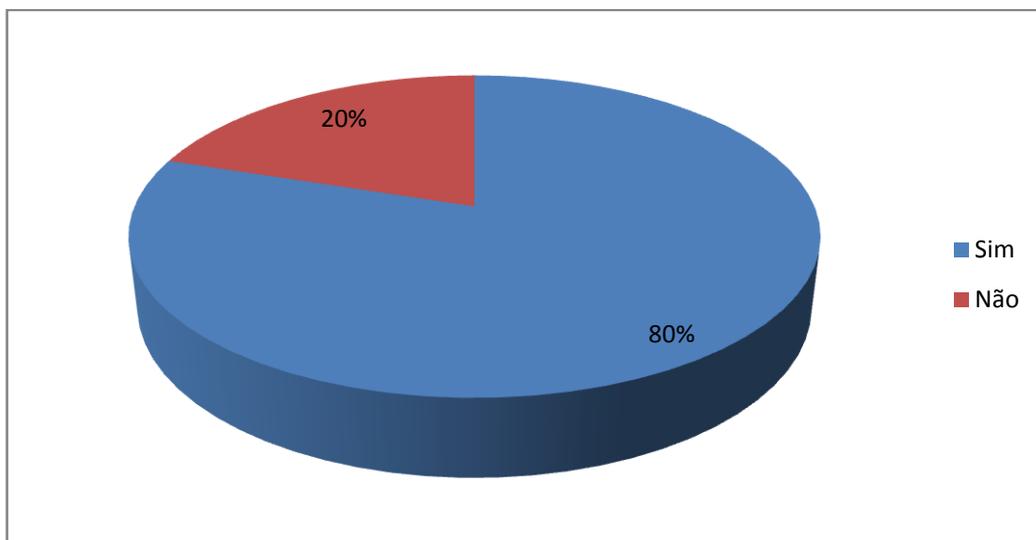
A realidade de sobrecarregar os idosos como sendo o principal responsável pelo orçamento familiar denota a real aproximação das questões sociais, pois a per capita familiar se torna mínima para priorização da qualidade de vida e dos mínimos sociais.

Os idosos meio processo de envelhecimento saudável, necessitam de maior atenção ao fator saúde, fato o qual sobrepõe gastos significativos com medicamentos e alimentação, onde a utilização da aposentadoria como fonte central

de sustento familiar, dificulta à atenção primordial as reais necessidades humanas que promovem a melhor qualidade de vida.

Gráfico 10: identificação dos usuários entrevistados mediante primeira participação no grupo do CRAS Mauriti-CE

O presente gráfico confirma a necessidade de busca ativa, quando a maioria dos idosos entrevistados são iniciantes na participação social via âmbito CRAS.



Fonte: Primária, 2012

No que tange a introdução no espaço público enquanto participação social em grupos de convivência e fortalecimento de vínculos via âmbito da proteção social básica, enquanto ação preventiva de agravamento e situações de risco social, 80% dos entrevistados relataram serem iniciantes e 20 % já terem participado de outros grupos.

A presença da pessoa idosa nos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dar-se-á por meio da busca constante de socialização, preenchimento de tempo livre e ocioso devido à aposentadoria e, contudo necessidade de interação com os indivíduos.

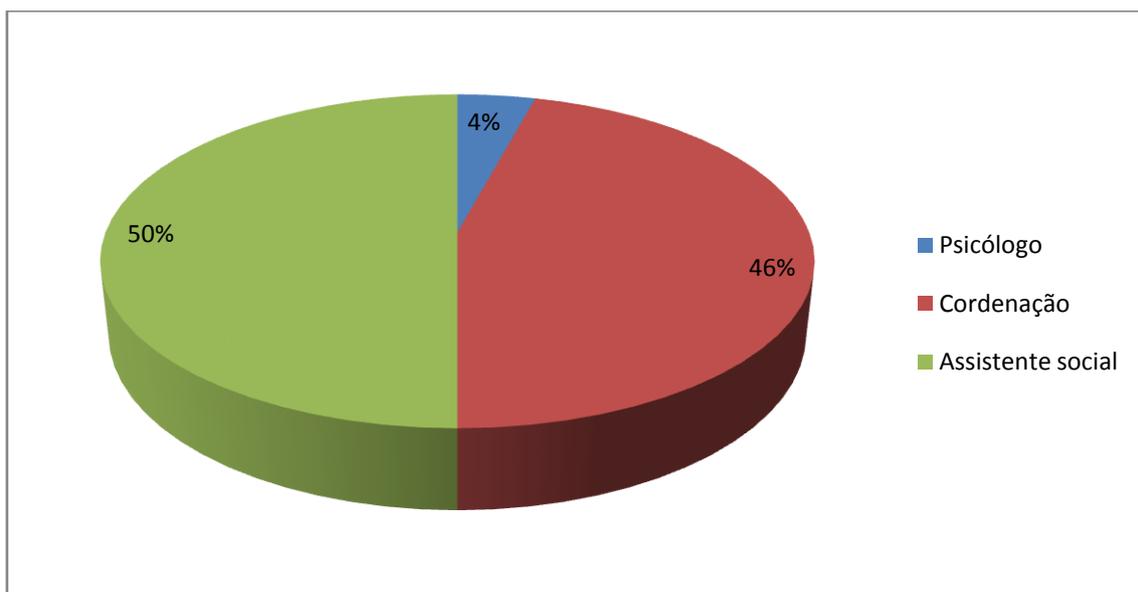
A participação de idosos no envolvimento com o mundo social é um fator preponderante, que possibilita qualidade de vida, pois:

”O convívio em grupos de convivência ou de idosos é um espaço importante para desencadear, tanto na pessoa idosa quanto na comunidade, uma mudança comportamental diante da situação de preconceito que existe nesta relação. Os grupos de convivência procuram fortalecer o papel social do idoso”. (Rizzolli e Surdi, 2010, p. 226)

Entende-se que se faz necessário um trabalho contínuo com os idosos, bem como, o desenvolvimento de atividades que despertem nos idosos o desejo de participação, todavia que, o envolvimento social de cunho preventivo desenvolvido nos CRAS, se prontifica como tarefa positiva que almeja a quebra de preconceitos e reconhecimento da pessoa idosa enquanto protagonistas da sua própria história que possuem direitos e necessitam de efetivação dos mesmos em sua prática cotidiana.

Gráfico 11: Identificação dos usuários entrevistados mediante recebimento de informação por parte de profissionais do CRAS

A disseminação de informação a cerca da prática preventiva grupo de convivência e fortalecimento de vínculos por parte da equipe multiprofissional de Psicólogos, Assistentes Sociais e a Coordenação da instituição, os quais serão apresentados no gráfico abaixo.



Fonte: Primária, 2012

A principal atribuição do Assistente Social, prestar informação despertando envolvimento dos cidadãos no engajamento público de busca incansável na defesa

e efetivação de direitos, se revela como positiva, pois 50% dos esclarecimentos sobre a prática socioeducativa nos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos foram executadas pelo Assistente Social, tendo também na coordenação atividade de disseminação de informação e possíveis buscas de maior participação da população idosa, com percentual de 46%, sendo atribuído ao psicólogo o esclarecimento no total de 4%.

A instrumentalidade técnica operativa executada pelo Assistente Social deve possuir caráter transformador e mobilizatório, negando as práticas tradicionais e executando o Projeto Ético Político da profissão, que busca uma prática propositiva e centralizada na realidade dos sujeitos, como busca de proporcionar a efetivação dos direitos e qualidade de vida dos usuários como direito de todos e dever do Estado.

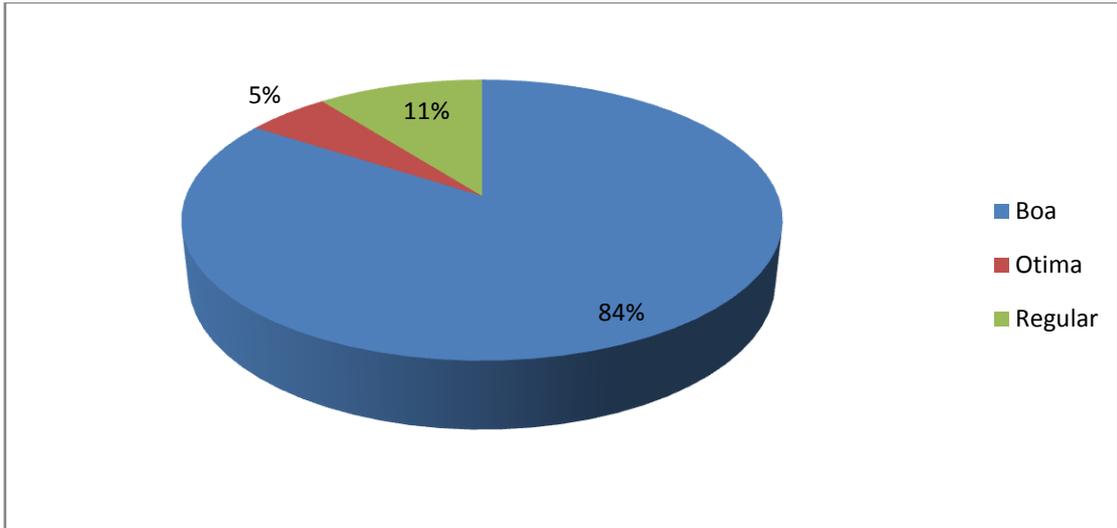
Desta forma, sobre a instrumentalidade Guerra (2000) complementa:

“Que se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevem no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectados a projetos profissionais aos quais subjazem referências teóricas metodológicas e princípios éticos políticos(GUERRA, 2000, p. 09).”

O comprometimento dos profissionais de Serviço Social com a demanda, e a atuação profissional mediante embasamento teórico no Projeto Ético Político da profissão comungam com a busca pela transformação da realidade dos sujeitos, pondo estes na centralidade como protagonistas da sua própria história livres nas escolhas e preenchidos de informações que lhes possibilitem o viés da qualidade.

Gráfico 12: identificação dos usuários entrevistados mediante convivência familiar após participarem do grupo socioeducativo CRAS Mauriti-CE

O presente gráfico torna visível o melhoramento da convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários após participação no grupos de idosos no CRAS de Mauriti-CE.



Fonte: Primária, 2012

A convivência do idoso em família é algo que merece uma reflexão, pois a família é a primeira instituição protetiva e a mais eficiente no tocante ao bem estar dos indivíduos. Mediante entrevista a convivência familiar após atividade socioeducativa desempenhada no CRAS, foi elencada pelos idosos entrevistados com 84% como boa, 11% regular e 5% ótima. A família representa a primeira instituição de cuidado frente a sua composição familiar.

O Estatuto do Idoso põe em xeque em seu Artigo 230, que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (Estatuto do Idoso 2003, Capítulo VII, Seção IV. p.14). É importante que os vínculos familiares sejam fortalecidos pela prática profissional via âmbito CRAS, com a intenção de aproximar os membros familiares possibilitando o desenvolvimento saudável e ativo.

Sobre a perspectiva de reconhecimento do envelhecimento por parte do núcleo familiar, torna-se visível que o envelhecimento necessita de maior entendimento por parte da família, devendo intensificar o acompanhamento familiar dos profissionais CRAS, com o objetivo de conscientizar que o ato de envelhecer pressupõe uma série de modificações biológicas, físicas e sociais.

“Que sou preguiçoso, acham que devo fazer coisas que a idade não dá” (E/16);

“Cada um na sua casa” (E/01)

“Experiência de vida, pessoa com sabedoria” (E/12)

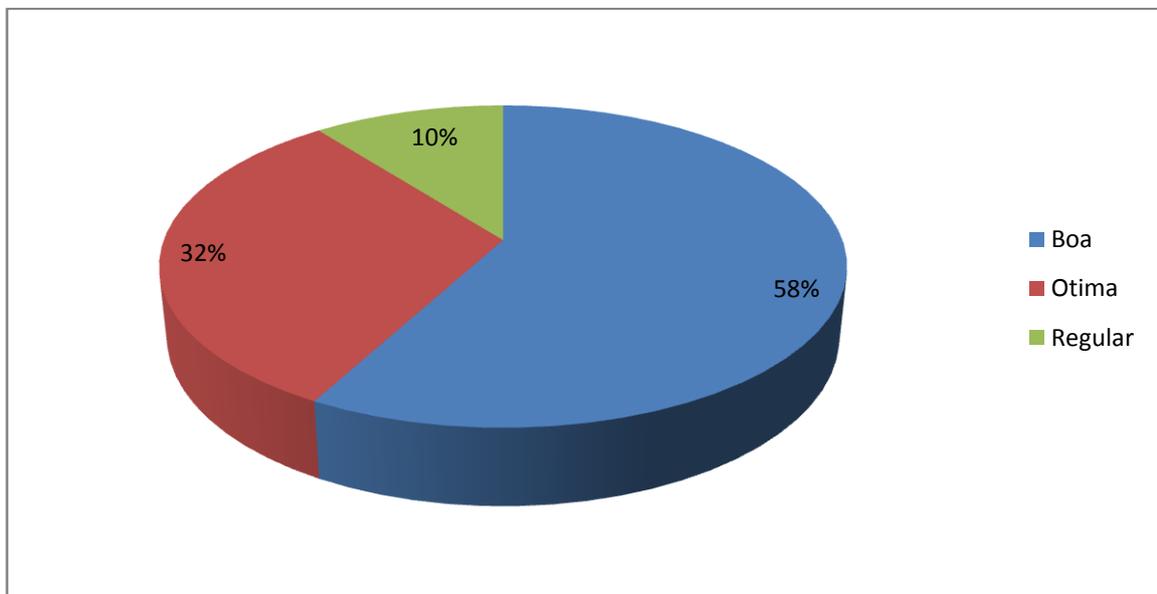
“Fragilidade, tem que ter mais cuidado” (E/14)

A atitude de retrocesso ao arranjo social de direitos da pessoa idosa é reconhecida legalmente como ato inconstitucional com penalidades na forma da lei. Os direitos da pessoa idosa são fundamentados pela constituição Federal de 1988, Estatuto do idoso, Política Nacional do Idoso, as quais fomentam a realeza da qualidade de vida.

O desenvolvimento do grupo de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos é uma prática necessária que trata da prevenção e desenvolvimento de ações com idosos e sua família. Quando se relata o termo pejorativo “idoso preguiçoso” a violência e a negligencia se fazem presente, como fragilidade de vínculos e ato ilegal.

Gráfico 13: identificação dos usuários entrevistados mediante convivência comunitária

A convivência comunitária após trabalho preventivo via âmbito CRAS, demonstra-se com vigor qualitativo, mediante gráfico.



Fonte: Primária, 2012

Quanto ao aspecto social de convivência comunitária, à maioria (58%) informou satisfação apresentando um bom relacionamento mantido com as pessoas em meio à sociedade, 32% indicou convivência ótima e 10% regular.

A presença da efetivação do Estatuto do idoso e da Política Nacional do Idoso resultou em grandes avanços no cotidiano dos idosos, pondo este segmento populacional na linha do protagonismo cidadã, no reconhecimento de direitos e principalmente respeito comunitário e familiar.

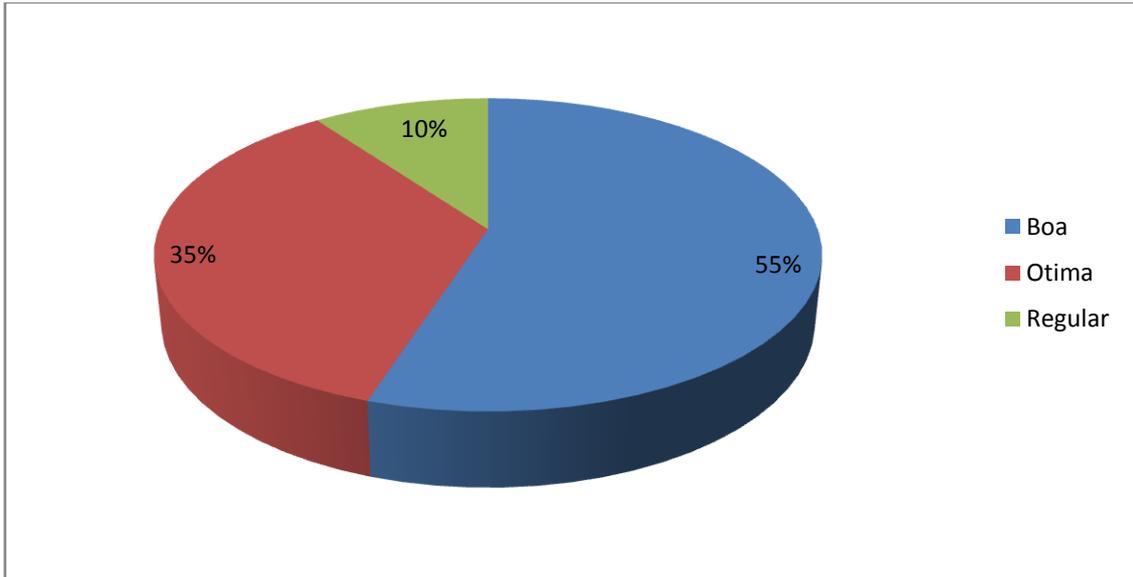
Em 1988, com a Constituição Federal, a pessoa idosa iniciou o leque de possibilidades jurídicas de proteção e amparo, com o intuito de promover qualidade de vida minimizando as expressões sociais das questões sociais, logo:

“Um dos principais artigos da Constituição Federal que trata sobre o direito do idoso é o art. 230, em especial o caput e parágrafos 1º e 2º, os quais disciplinam sobre a família, a sociedade e o Estado ter o dever de amparar as pessoas idosas, lhes assegurando a participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhes o direito a vida. Determinando desta forma a preferência da execução de programas de assistência ao idoso dentro do núcleo familiar (SOUSA, 2004, p.108)

A comunidade em termos da lei tem o dever de abrir espaço para comunicação e participação do idoso na cena societária, o importante é que a porcentagem entre a avaliação da convivência comunitária enquanto boa e ótima perfeitamente a quantidade 90% do universo total dos entrevistados.

Gráfico 14: identificação dos usuários entrevistados mediante atuação do CRAS Mauriti-CE na busca pela qualidade de vida, visão dos usuários

A prática de mediação preventiva de qualificação dos vínculos familiares e comunitários é objetivo da equipe CRAS, quando o gráfico abaixo afirma que a presente instituição atingiu objetivos, pois a maior parcela dos entrevistados estão satisfeitos com o trabalho desenvolvido pelo referido setor.



Fonte: Primária, 2012

De acordo com os dados expostos no gráfico, 55% dos entrevistados afirmaram que o CRAS de Mauriti-CE é qualificado como bom na busca pela qualidade de vida dos usuários, e 35 % afirmaram ser ótima, e como grau de satisfação percentual entre a avaliação ótima e boa, esta perfaz o universo de 90% dos entrevistados, apresentando apenas 10% das opiniões como regular.

Tomando como aporte a atuação CRAS Mauriti-CE, acerca do benefício que o grupo de idosos proporciona ou já proporcionou para o idoso (a) e sua família, pode-se ter uma aproximação dialógica com a probabilidade de promoção de qualidade de vida proporcionada pela equipe multiprofissional do CRAS.

“A carteirinha para eu viajar e se distrair um pouco sem gastar passagem” (E/03)

“Conhecimento sobre direitos e como lhe dar com o povo de dentro de casa” (E/20);

“O povo lá de casa entenderam que não sou mais novo para fazer tudo bem direitinho sem quebrar e derramar nada no chão, amizade entendimento para toda família,” (E/16);

“Coisa boa e feliz, pois tem amizades, carinho e passeio” (E/01);

“Participação da família, e novas amizades” (E/19)

Dentre os benéficos elencados mediante fala, é importante destacar que o fortalecimento de vínculos familiares foi pratica decisiva no desenvolvimento do grupo com idosos no CRAS Mauriti-CE, pois a família teve maior aproximação sendo prevenida possíveis situações de risco social.

A ênfase do direito também se pontuou como atitude positiva, dando maior oportunidade de participação social ao idoso, abrindo o leque de troca de experiência e criação de novos laços afetivos, tornando a vida idosa mais prazerosa.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2012) enfatiza que as ações devem ser realizadas horizontalmente, isto é mediante realidade, pois:

Cada uma das situações de fragilidade enfrentadas pelos cidadãos deve receber um tipo de atenção diferenciada, de acordo com as necessidades de cada um. Além disso, as potencialidades das famílias devem ser ponto de partida para a organização dos serviços de proteção básica de assistência social, que estimulam a participação social (MDS 2012).

A família como ponto de partida, para o planejamento profissional fortalece a idéia de que esta é a principal instituição de cuidado sobre os membros familiares, pois melhor que qualquer outra, conhece as necessidades de cada um, uma vez que, vivem situados na realidade cotidiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, instrumento de investigação a cerca da realidade social, é vista pela pesquisadora como baliza primordial para busca de melhoramento da qualidade de vida dos idosos, mediante disseminação de direitos e reconhecimento da pessoa idosa enquanto protagonistas da sua própria história.

Foi possível perceber que os grupos de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários para idosos, se constituem como prática necessária na medida em que a ostentação da violência, a desproteção e a fragilidade de vínculos se perpetuam na sociedade brasileira de cunho capitalista e conduta Neoliberal, com grande frequência, sendo esta a realidade dos entrevistados idosos na referida pesquisa.

Logo, os grupos de convivência e fortalecimento de vínculos devem ser apoiados, em uma conduta ética política de defesa macro societária de direitos, respeitando os usuários e lhes pondo o poder da decisão, que não podem ser ações para regular, consertar e naturalizar as pessoas, mas ação crítica propositivas com conteúdo não verticalizado e sim compatível com a realidade social vivenciada por cada família, com o objetivo de conquistar a emancipação, autonomia e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários dos usuários. Esta proposta é a real afirmação, que mediante a pesquisa os idosos necessitam de atenção, mediação e comprometimento singular e coletivo na defesa dos direitos.

O desempenho da prática profissional da equipe CRAS deve priorizar na íntegra a busca efetiva de consolidar direitos aos usuários, não apenas relatando-os, mas ensinando a tê-los efetivados de fato, para que assim a convivência familiar e comunitária possa preponderar uma melhor qualidade de vida.

Por meio deste trabalho foi possível perceber uma grande dificuldade no que tange o envelhecimento, que é entendido por parte de alguns familiares, segundo a visão dos idosos entrevistados, como fato negativo inibidor de capacidade laborativa, de marcas de inutilidade e desuso. Porém outros afirmaram ser um complexo de vivência de longividade que representam uma maior experiência de vida e que requer maior atenção da família, entendendo desta forma, que o núcleo familiar é a principal instituição de proteção ao idoso, bem como, toda composição familiar.

É relevante indagar que questões como estas devem fomentar a prática profissional de prevenção e disseminação de conhecimentos a toda população, pois na medida em que se tem atitude coerente para com o cuidado com o idoso, têm-se também a ação negligente e violenta, fatores os quais demonstram necessidade de atuação profissional.

Outro fator relevante, a composição da renda familiar monopolizada somente pelo valor orçamentário da aposentadoria idosa, fator o qual, compromete toda a renda familiar, se tornando extinta a disponibilização de atendimento às necessidades de lazer, cultura, tecnologia, e dentre outras ações que possibilitam a melhor qualidade de vida.

Sobre o significado subjetivo do termo idoso, segundo visão dos usuários, pôde-se perceber que, estes demonstraram resistência, qualificando a terceira idade como sendo negativo, pois impossibilita a realização de muitas atividades que há alguns anos atrás realizavam. No entanto foi explicito outra análise, sendo esta de cunho qualitativo, a qual compreende o termo idoso como dádiva, acúmulo de sabedoria e experiência de vida.

Mediante exposto, denota-se que a atitude naturalista, conservadora e tradicional perpetuam no entendimento singular da pessoa idosa, que na maioria dos casos enraízam os adjetivos degenerativos de inutilidade, incapacidade e não serventia. Esta realidade aponta para necessidade de maior encontro com a realidade cotidiana dos idosos e sua família, podendo esta atitude ser resultante do meio, vinculado a constantes vulnerabilidades e presença de situação de risco social.

O melhoramento da qualidade de vida após prática preventiva via âmbito grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, foi possível na medida em que a equipe multiprofissional se comprometeu com a causa dos idosos, trabalhando não só os idosos, mas também toda a família e comunidade, visão fruto de observações no estágio supervisionado I e II em Serviço Social.

Foi possível perceber que segundo a visão dos usuários idosos referenciados pelo CRAS de Mauriti-CE, o grupo de convivência e fortalecimento de vínculos é considerado como prática positiva para o aprimoramento da qualidade de vida, aperfeiçoando desta forma, a interação com os familiares e comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vera Lúcia V. **Direitos Humanos e Pessoa Idosa** / texto: Vera Lúcia V. Almeida, M. P. Gonçalves, T. G. Lima; - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

ASSIS, M. **Aspectos sociais do envelhecimento**. In A.L. Saldanha., Caldas, C.P (Ed.), Saúde do Idoso: a arte de cuidar. 2a edição. Rio de Janeiro: Ineterciência, 2004.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Políticas Sociais: Fundamentos e história.**, São Paulo, Editora Cortez 2006.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro, Editora: Campus 1992

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**:. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. LEI Federal nº 10.741, de 01/10/2003, **Estatuto do Idoso**. Regulamentado pelo decreto nº 5.130 de 07 de julho de 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social-SNAS. **Programa de Atenção à pessoa idosa**. 2004 Disponível em: <http://www.mds.gov.br/secretarias/secretaria03.asp> . Acesso em: 03/08/2012.

CASTRO, Odair Perugini de. Uma questão de consciência e criatividade. In: _____. **Envelhecer-Relicitando o corpo**. Sapucaia do Sul: Editoranotadez, 2004.

Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**: Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009. DOU 25 de nov. de 2009. Brasília, 2009. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

DEBERT, Guita Grim. A Reinvenção da velhice: **Socialização e processo de reprivatização do envelhecimento**, São Paulo. Editoraedmusp. 1999.

DAL RIO, Maria Cristina. **Perspectiva social do envelhecimento**. - Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta, São Paulo, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que é Política Social. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos)

FOGAÇA, M^a Cristina C. B. H. **A pessoa idosa. Política Cultura e Ecumenismos**. Revista Revés do Aveso - ISSN 1677-8685 São Paulo. 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Editora atlas 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5^o Ed. São Paulo, Editora atlas 2009.

GUERRA, Iolanda. **Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. capacitação em Serviço Social: o trabalho do Assistente Social e as políticas sociais**. CEFESS/ABEPSS/CEAD/UNB modulo IV:, Brasília, 2000.

IBGE. Diretoria de pesquisa – DPE – **Coordenação de contas nacionais – CONAC**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07/07/2012.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos idosos responsáveis pelo domicílio no Brasil**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. –. Rio de Janeiro:; 2002.

_____. LOAS (1993). Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social, Nº 8.742**, de 07 de Dezembro de 1993, publicado no DOU de 08 de Dezembro de 1993.

MATSUDO S.M. **Envelhecimento e atividade física**. Londrina: Editora Midiograf; 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23º Ed. Petrópolis, Editora vozes, 2004.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas do Centro de Referências de Assistência Social**. Proteção Social Básica. Brasília - 2009

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado Entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

MONTEIRO, Pedro Paulo. **Envelhecer ou morrer, eis a questão**. - Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2008.

MORAGAS, Ricardo Moragas. Envelhecimento e qualidade de vida. **Gerontologia social**. São Paulo, Editora Paulina 1997.

MOTA, A. E. [et al], (Orgs) **Serviço Social e Saúde**. Formação e Trabalho Profissional. 3º Ed. São Paulo. Cortez: Brasília – DF. OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social no Brasil**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-65.9ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Íris Maria. **Política Social, Assistência Social e Cidadania**: algumas aproximações acerca do seu significado na realidade brasileira. Disponível em: <<http://www.cpihts.com>> Acesso em: 22/11/2012.

_____, **Política Nacional de Assistência Social**. São Paulo, Editora Cortez, 2004.

RIBEIRO, Alcides dos Santos. **Escolaridade dos idosos no Brasil é muito baixa 2011**. Federação dos Aposentados e Pensionistas de MS [online] Disponível em: <http://fapems.wordpress.com>. Acesso em: 05/07/2012.

RIZZOLLI, Darlan; CESAR Surdi, Aguinaldo. Percepção dos idosos sobre grupos de terceira idade. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.** [online]. 2010, vol.13, n.2, pp. 225-234. ISSN 1809-9823.

RODRIGUES, Nara Costa, **Gerontologia social para leigos**, 1^o Ed. Porto Alegre, Editora Edipucris 2006.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUSA, Ana Maria Viola. **Tutela jurídica do idoso: A assistência e a convivência familiar**. São Paulo, Editora, Alínea 2004.

SPOSATI, Adaísa de Oliveira. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 6^o Ed. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

SUAS: Sistema Único de Assistência Social: **Manual informativo para jornalistas, gestores e técnicos**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, 2005.

TEIXEIRA, Fátima. **O idoso e a família: os dois lados da mesma moeda**. [online]. Disponível em: http://www.partes.com.br/terceira_idade08. Acesso em: 03/07/2012.

TEIXEIRA, M.H. **Aspectos psicológicos da velhice**. In A.L. Saldanha e C.P. Caldas (Ed.), Saúde do Idoso: a arte de cuidar. 2a edição. Rio de Janeiro, 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade 2002**. [online] Disponível em: http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf. Acesso em 12/10/2012

BRASIL. **Política Nacional do Idoso**. Lei Federal nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994. Brasília, 1994.

VICENTE, V. A. **Política social, instrumento de dominação**. 1983. [online] Disponível em: em <http://www.bu.ufsc.br>. Acesso em 20/09/2012

YASBEK, Maria Carmelita. **A assistência na prática profissional: história e perspectiva**. Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XXVII Nº 85. São Paulo, Editora Cortez, 2006.

ZIMERMAN, Guitte I. **Velhice: aspectos biopsicossociais**. Porto Alegre. Editora, Artes Médicas Sul, 2000.

APÊNDICES

APENDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

O/a Sr. (a) está sendo convidado/a a participar da pesquisa sobre o Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com idosos, uma ação interventiva do CRAS no município de Mauriti- Ce, sob a visão dos usuários, desenvolvido por **Angélica Alves Leite Sampaio**, aluna do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Leão Sampaio, sob orientação da Prof^a. Cecilia Bezerra Leite, cujo desenvolvimento faz parte das atividades de Conclusão de Curso.

Apresentamos como objetivo geral do estudo analisar o Grupo de convivência e fortalecimento de vínculos com idosos, uma ação interventiva do CRAS no município de Mauriti- CE, sob a visão dos usuários. Ainda, têm-se como objetivos específicos; Identificar as ações do Serviço Social direcionadas aos idosos inscritos nos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos; Compreender a percepção dos usuários idosos sobre o grupo de convivência do CRAS Mauriti-CE; Identificar o perfil socioeconômico dos usuários; Perceber se as atividades realizadas no CRAS Mauriti-CE atende a função de prevenção.

A finalidade deste trabalho é contribuir para o debate sobre os grupos de convivência e fortalecimento de vínculos voltados para idosos nos Centro de Referência de Assistência Social, sob a visão dos usuários.

A pesquisa compreende a realização de uma entrevista, através do roteiro especialmente desenvolvido para esta atividade, com o intuito de registrar informações sobre o Serviço Social na proteção básica (CRAS).

Ainda, solicitamos sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área das Ciências Sociais, Serviço Social e áreas afins, e publicar em revistas científica.

Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntaria e, portanto, o/a senhor/a não é obrigado a fornecer e/ou colaborar com as atividades solicitada pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo da instituição. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde e vida social. A pesquisadora se coloca a disposição para quaisquer esclarecimentos que considere necessários em qualquer momento da realização da pesquisa.

Mauriti (CE), ____ de _____ de _____
Assinatura da pesquisadora

Declaro que entendi os objetivos e minha contribuição na pesquisa e concordo em participar.

Nome e assinatura do (a) entrevistado (a)

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA – USUÁRIOS IDOSOS

DATA: _____ \ _____ \ _____ N° DE IDENTIFICAÇÃO: _____

I - PERFIL SOCIOECONÔMICO

- 1.1. Naturalidade: _____
- 1.2. Sexo: Masculino Feminino
- 1.3. Faixa Etária: _____
- 1.4. Estado Civil: Solteiro Casado União Estável Viúvo Divorciado
- 1.5. Possui filhos? Sim Não
 Quantos? de 01 a 03 filhos de 04 a 06 filhos Acima de 07 filhos
- 1.6. Com quem mora? sozinho Companheiro Filho Neto (a) Outros
- 1.7. Grau de escolaridade:
 Analfabeto Ensino Fundamental Incompleto
 Ensino Fundamental Completo Ensino Médio Incompleto
 Ensino Médio Completo Ensino Superior Completo
 Ensino Superior Incompleto
- 1.8. Ocupação Profissional:
 Empregado Desempregado
 Do Lar Autônomo
 Aposentado
- 1.9. Renda Familiar:
 Sem Renda Menos de 1 Salário Mínimo
 De 1 a 2 Salários Mínimos De 3 a 4 Salários Mínimos
 Acima de 5 Salários Mínimos
- 1.10. Principal responsável pelo sustento familiar? Sim Não
- 1.11. Moradia:
 Própria Alugada Financiada
 Abrigo Cedida Invadida
 Outros
- 1.12. Condições de Moradia:
- 1.12.1 Tipo de saneamento:
 Esgoto Fossa séptica Fossa Negra Vala a céu aberto
- 1.12.2. Coleta de lixo:
 Queimado Enterrado Coletado Céu aberto
- 1.12.3. Armazenamento de água:
 Cisterna Encanada
 Clandestina Poço
- 1.12.4. Iluminação: Energia elétrica padrão Energia elétrica Clandestina
- 1.12.5. Existe banheiro na residência? : Interno externo Inexistente

II – ATENDIMENTO E ASSISTÊNCIA:

2.1. Primeira vez que participa de grupos nessa unidade: () Sim () Não

2.2. Como começou a participar? _____

2.3. Tem conhecimento sobre o que significa este grupo?

2.4. Se tem, que profissional lhes esclareceu?

() Psicólogo

() Assistente Social

() Coordenação

() Fonoaudiólogo

2.5. Como ficou a sua convivência com os familiares após participarem do grupo socioeducativo no CRAS de Mauriti-CE?

() Boa () Regular

() Ótima () Ruim

2.6. Como ficou a sua convivência com a comunidade após participarem do grupo socioeducativo no CRAS de Mauriti-CE?

() Boa () Regular

() Ótima () Ruim

2.7. Como a sua família percebe o envelhecimento?

2.8. Para o Sr. (a) o que é ser idoso?

2.9. O que a aposentadoria representa para o Sr. (a) e sua família?

3.0. Tem conhecimento sobre o que é o CRAS?

3.1. Para o Sr. (a), quais são os objetivos do grupo de idosos desenvolvidos nos CRAS?

3.2. Que benefício o grupo de idosos proporciona ou já proporcionou para o Sr. (a) e sua família?

3.3. Como você considera a atuação do CRAS Mauriti na busca pela qualidade de vida dos usuários?

() Boa () Regular

() Ótima () Ruim